



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MANOELA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA PEDRA: um estudo de caso sobre evasão no
IFPE campus Cabo de Santo Agostinho**

Recife

2020

MANOELA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA PEDRA: um estudo de caso sobre evasão no
IFPE campus Cabo de Santo Agostinho**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre (a) em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Gestão de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- O48n Oliveira, Manoela Rodrigues de.
No meio do caminho havia uma pedra : um estudo de caso sobre evasão no IFPE campus Cabo de Santo Agostinho / Manoela Rodrigues de Oliveira. – 2020.
65 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.
Inclui referências.
1. Política pública. 2. Evasão escolar. 3. Ensino profissional. 4. Instituto Federal de Pernambuco. I. Rocha, Enivaldo Carvalho da (Orientador). II. Título.
- 320.6 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2020-193)

MANOELA RODRIGUES DE OLIVEIRA

NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA PEDRA: um estudo de caso sobre evasão no IFPE campus Cabo de Santo Agostinho

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre (a) em Políticas Públicas.

Aprovada em: 06/07/2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Diogo Henrique Fernandes da Paz (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

A minha filha Helena,
minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço Àquele que sempre esteve ao meu lado, Deus, por ter me guiado dia após dia, me dado forças e tranquilidade nesse processo.

À minha querida mãe, Maria Madalena da Silva, por sempre estar disposta a me ajudar, sempre ter priorizado meus estudos, me incentivando e me proporcionando o tempo necessário para que eu pudesse me dedicar.

Ao meu esposo, que sempre esteve ao meu lado me incentivando na vida acadêmica, que se fez um cúmplice e companheiro durante os estudos do mestrado.

À minha filha Helena, que ainda em meu ventre, tão pequenina, foi fonte de inspiração no processo de escrita, me incentivou a concluir essa etapa. Helena, mesmo sem saber, você ilumina o meu caminho e me impulsiona a trilhar meus objetivos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha, pela disponibilidade e agilidade em me orientar. Pela paciência em me escutar e responder minhas mensagens.

Aos meus colegas de turma pela cumplicidade em vários momentos, pelo companheirismo ao longo das disciplinas, se colocando como colaboradores no processo de construção do conhecimento. Contudo, agradeço a todos por serem luz nesse processo.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (FREIRE, 2004, p. 142).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta os resultados de uma investigação sobre o fenômeno da evasão no Instituto Federal de Pernambuco *campus* Cabo de Santo Agostinho. Atualmente, o *campus* oferta cursos Técnicos, cursos de Qualificação Profissional, cursos Superiores e curso de Pós-Graduação. No entanto, foi realizado um estudo de caso com o objetivo de identificar o índice de evasão nos cursos Técnicos, por terem sido os primeiros a serem implantados e os que possuem turmas concluídas. A pesquisa obteve como produto um plano de ação que possibilitará o aperfeiçoamento do Plano Estratégico de Superação da Evasão e Retenção do *campus*. O estudo justifica-se por contribuir como referencial teórico sobre a temática da evasão na Educação Profissional. A pesquisa adotou o método de análise quantitativo. Primeiro, trabalhamos com a estatística descritiva para analisar os índices de evasão por turma e por curso. Ao total foram analisadas 27 turmas, totalizando 902 alunos dos 4 cursos Técnicos oferecidos no *campus* entre os anos de 2014 e 2018: Técnico em Logística, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Hospedagem e Técnico em Cozinha. Trabalhamos com esse intervalo porque nos possibilitou investigar as turmas que possuíam ciclos concluídos. As informações para o levantamento dos dados quantitativos foram extraídas de documentos institucionais e do Sistema QAcadêmico utilizado na Instituição. O curso Técnico em Meio Ambiente apresentou o maior índice de evasão dentre os 4 cursos Técnicos analisados, o curso Técnico em Cozinha apresentou o menor índice. No total o *campus* obteve o índice de 46% de abandono escolar nas turmas analisadas. Todavia, identificamos que os Programas PIBIC e PIBEX apresentaram em torno de 7% de evasão, o que nos fez inferir que os Programas contribuíram para a redução da evasão no *campus*.

Palavras-chave: Evasão escolar. Educação profissional. Políticas públicas.

ABSTRACT

This research shows the results of an investigation on the phenomenon of the evasion in the Federal Institute of Pernambuco, campus Cabo de Santo Agostinho. At present the campus offers Technical courses, Professional Qualification courses, Technological courses and a Post Graduation course. However, a case study was made aiming to identify the evasion index among the Technical courses once they were the first ones to be implanted and the ones that have graduate groups. The research got as a product an action plan that will make possible the improvement of the Strategic Plan of Overcoming of the Evasion and Retention of students in the campus. The study is justified because it may contribute as a theoretical reference on the theme of evasion in the Professional Education. The research adopted the method of quantitative analysis. Firstly we worked with the descriptive statistics to analyze the evasion indexes in each group and course as well. In general, 27 groups totalizing 902 students of the 4 Technical courses offered by the campus between the years of 2014 and 2018 were analyzed: Technical in Logistics, Environment, Hosting and Cooking. We worked using that interval because it helped us to investigate the groups that had completed cycles. Information for the quantitative data survey were extracted from institutional documents and the QAcademic System used in the Institution. The Technical course in Environment presented the highest evasion index among the 4 technical courses analyzed. The Technical course in Cooking presented the lowest one. The campus presented an index of 46% in relation to the educational evasion among the analyzed groups. However, it was identified that the PIBIC and PIBEX Programs showed around 7% of evasion, what made us infer that those programs contributed to reduce the evasion index in the campus.

Keywords: Educational evasion. Professional Education. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada <i>campus</i> Cabo de Santo Agostinho.....	27
Figura 2 - Características da hipótese.....	36
Figura 3 - Status de matrícula dos alunos evadidos	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gasto corrente por matrícula	19
Gráfico 2 - Índice de eficiência acadêmica	20
Gráfico 3 - Número de matrículas na Educação Profissional	24
Gráfico 4 - Porcentagem de matrículas por dependência administrativa.....	25
Gráfico 5 - Matrículas por gênero e faixa etária	25
Gráfico 6 - Número de Instituições Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia	26
Gráfico 7 - Matrícula x evasão logística (manhã)	41
Gráfico 8 - Matrícula x evasão logística (tarde).....	41
Gráfico 9 - Índice de evasão turmas de logística	42
Gráfico 10 - Matrículas x evasão meio ambiente (manhã).....	43
Gráfico 11 - Matrículas x evasão meio ambiente (tarde)	44
Gráfico 12 - Índice de evasão turmas de meio ambiente.....	44
Gráfico 13 - Matrículas x evasão turmas de hospedagem.....	45
Gráfico 14 - Percentual de evasão turmas de hospedagem	46
Gráfico 15 - Matrículas x evasão de cozinha	47
Gráfico 16 - Percentual de evasão turmas de cozinha	47
Gráfico 17 - Quantidade de matrículas por turno	49
Gráfico 18 - Percentual de matrículas por turno.....	49
Gráfico 19 - Percentual de evasão por turno	50
Gráfico 20 - Evasão dos cursos técnicos analisados.....	50
Gráfico 21 - Porcentagem total de matrículas por gênero	52
Gráfico 22 - Evasão total por gênero	52
Gráfico 23 - Índice de evasão Pibic	53
Gráfico 24 - Índice de evasão Pibex	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho de pesquisa.....	36
Quadro 2 - Perfil matriculados e evadidos Pibic.....	54
Quadro 3 - Quantidade alunos por curso Pibic	55
Quadro 4 - Perfil matriculados e evadidos Pibex.....	56
Quadro 5 - Quantidade de alunos por curso Pibex.....	57
Quadro 6 - Plano de monitoramento e intervenção.....	61

LISTA DE SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fachuca	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho
GCM	Gasto Corrente com Matrícula
IEA	Índice de Eficiência Acadêmica
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Pibex	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1	O FENÔMENO DA EVASÃO ESCOLAR	18
2.2	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR.....	21
3	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	23
3.1	REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	26
3.2	O IFPE <i>CAMPUS</i> CABO DE SANTO AGOSTINHO	27
4	O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	30
5	METODOLOGIA	35
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	35
5.2	ANÁLISE DE DADOS	37
6	RESULTADOS	40
6.1	CURSO TÉCNICO EM LOGÍSTICA.....	40
6.2	CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE.....	43
6.3	CURSO TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	45
6.4	CURSO TÉCNICO EM COZINHA.....	46
6.5	ÍNDICES TOTAIS DE EVASÃO E MATRÍCULAS POR CURSO	48
6.6	ÍNDICES DE MATRÍCULAS E EVASÃO POR GÊNERO.....	51
6.7	ANÁLISE DA EVASÃO DOS PROGRAMAS PIBIC E PIBEX	52
6.7.1	Índice de evasão do programa Pibic	53
6.7.2	Índice de evasão do programa Pibex	55
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
8	ALTERNATIVAS DE INTERVENÇÃO PARA REDUÇÃO DA EVASÃO NO IFPE <i>CAMPUS</i> CABO DE SANTO AGOSTINHO	60
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Nossa trajetória de vida é singular, cada pessoa tem a sua própria história, traça seu próprio caminho ou é impedido de traçar por várias circunstâncias. Joana nasceu num bairro de periferia em meio às circunstâncias familiares difíceis. Sua mãe engravidou aos 17 anos de idade, abandonou os estudos no Ensino Médio para enfrentar uma gravidez não planejada.

Desde o nascimento Joana teve uma infância conturbada, porém era uma ótima aluna, gostava muito de ler e escrever, sempre elogiada pelos professores. Presenciando a falta e recursos básicos para sobreviver, Joana começou a trabalhar cedo, com 15 anos de idade cuidando dos cachorros das vizinhas para ajudar nas despesas de casa.

Tentando administrar trabalho e estudo, Joana se esforçava para continuar cursando o Ensino Médio, e acabou se interessando em fazer uma seleção para estudar no Instituto Federal de Pernambuco, referência em educação na cidade onde morava. A menina prestou a seleção e foi aprovada, estava muito feliz em começar uma nova trajetória escolar - quando se nasce pobre, estudar é o único caminho para alcançar a dignidade - e era assim que Joana pensava. Todavia, as pedras que surgiram no caminho de Joana não a deixava prosseguir nos estudos, e assim, abandonou o Ensino Médio por duas vezes.

A menina de vida difícil, que encontrou várias dificuldades para concluir a Educação Básica, conseguiu através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) obter a certificação do Ensino e Médio, e no ano seguinte prestou mais uma vez o Exame, conquistando aprovação dentro das cotas para alunos de escola pública no vestibular de Contabilidade da Universidade Federal de Pernambuco, se formando após 4 anos de curso. A história de Joana felizmente teve um final feliz. No entanto, esse final não é plural na vida daqueles que figuram o abandono escolar.

O fenômeno da evasão é uma realidade no Sistema Educacional Brasileiro. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ¹apontam que mais de 10% dos alunos que ingressam no Ensino Médio regular, etapa obrigatória da Educação Básica, desistem no primeiro ano. Segundo Dore e Luscher (2011), o abandono escolar no Ensino Médio e Profissionalizante está atrelado ao maior ou menor grau de acesso a esse nível de ensino.

No âmbito da Educação Profissional, a evasão tem sido objeto de estudo e de monitoramento pelos órgãos de controladoria. Em 2006, a Rede Federal de Educação

¹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos> Acesso em maio de 2020.

Profissional passou por uma política de reestruturação, ampliando sua oferta em todo o território nacional com o objetivo de obter mão de obra qualificada para atuar nas novas demandas econômicas.

Nesse cenário de crescimento econômico, o governo federal lançou em 2005 a Política de Ampliação da Educação Profissional com foco na criação dos Institutos Federais de Educação, legitimado em 2008 pela Lei nº11.892/2008. De acordo com Pacheco (2011), o foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social com vistas à inclusão social, tendo como objetivo formar profissionais para atuar no desenvolvimento econômico dos arranjos produtivos locais.

Em toda sua trajetória, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco passou por três expansões, criando vários *campi*. Com a terceira expansão, 7 novos *campi* foram estruturados nas seguintes cidades: Abreu e Lima², Cabo de Santo Agostinho³, Igarassu⁴, Jaboatão dos Guararapes⁵, Olinda⁶, Palmares⁷ e Paulista⁸. Dentre os *campi* da terceira expansão, o *campus* Cabo de Santo Agostinho merece destaque por ser o maior *campus* em extensão e o que oferta mais modalidades de cursos: cursos Técnicos subsequentes, cursos de Qualificação Profissional, cursos Proeja, cursos Superiores e cursos e Pós-graduação *latu senso*. E foi nesse lócus que a pesquisa se realizou.

A motivação pela escolha do *campus* Cabo de Santo Agostinho foi proveniente de várias observações realizadas desde o ano de 2014, ano que iniciou as primeiras turmas dos cursos Técnicos subsequentes presenciais. Estando em contato direto na Diretoria de Ensino como Coordenadora Pedagógica, foi possível observar semestre a semestre turmas diminuindo, estudantes abandonando os cursos e não concluindo a formação ofertada pela instituição.

No ano de 2013 o fenômeno da evasão foi identificado em auditoria pelo Tribunal de Contas da União em vários Institutos Federais no país, e no IFPE em vários *campi* da Instituição. Essa auditoria originou um termo de compromisso através do Acórdão⁹ n° 506/2013 TCU e Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

² Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/abreu-e-lima>Acesso em: maio de 2020.

³ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/cabo>Acesso em: maio de 2020.

⁴ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/igarassu>Acesso em: maio de 2020.

⁵ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/jaboatao>Acesso em: maio de 2020.

⁶ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/olinda>Acesso em: maio de 2020.

⁷ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/palmares>Acesso em: maio de 2020.

⁸ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/paulista>Acesso em maio: de 2020.

⁹ Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1250021/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse Acesso em: maio de 2020.

Tal Acórdão culminou nos Institutos Federais com a elaboração de um Plano Estratégico para Superação da Evasão e Retenção. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC)¹⁰, órgão do Ministério da Educação responsável por gerir as políticas de Educação Profissional e Tecnológica, coube orientar as Instituições na elaboração e aperfeiçoamento do referido plano. Assim, apontamos para a necessidade de conhecer como a evasão se configurou, realizando um diagnóstico para saber em quantidade o que ela representa e em quais cursos há maior incidência.

Logo, essa pesquisa teve como objetivo analisar o fenômeno da evasão no IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho, diagnosticando os índices de evasão dos cursos Técnicos ofertados com base no método quantitativo, como também propor alternativas de intervenção. Além disso, buscamos responder às seguintes questões: Os Programas ofertados pela instituição podem contribuir com a redução do índice de evasão? As turmas que foram ofertadas com currículos menores de duração obtiveram índices menores de evasão? Os cursos com maior carga horária prática tendem a apresentar menor índice de evasão?

Os resultados obtidos contribuíram para a compreensão do fenômeno estudado no *campus*. A pesquisa nos possibilitou traçar ações de Superação da evasão por meio da elaboração de um Plano de Intervenção e Monitoramento. Esse Plano se configurou como produto dessa dissertação, atendendo ao objetivo do Programa de Mestrado ¹¹Profissional em Políticas Públicas, que é o de capacitar profissionais para atuarem nas suas linhas de atividade.

¹⁰ Ver: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>Acesso em: abril de 2020.

¹¹ Disponível em: <https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e> Acesso em: maio de 2020.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seguir, apresentamos os tópicos centrais que compõem o levantamento teórico. No primeiro momento, explanamos o fenômeno da evasão escolar pontuando suas causas de acordo com os estudos já realizados, além de discorrer sobre alguns dados extraídos de documentos institucionais do IFPE que ajudaram a pontuar os efeitos negativos da evasão.

Também, buscamos explicar de forma sintética sobre a Educação Profissional no Brasil, apresentando como essa modalidade de ensino está figurada em números, para tanto, utilizamos como base dados oficiais do Censo da Educação Básica de 2019¹². Em seguida, fizemos um breve histórico sobre a Rede Federal de Educação Profissional, como também situamos nosso *locus* de pesquisa, o IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho, descrevendo sua historicidade e sua organização. Por último, discorreremos sobre o campo das Políticas Públicas, descrevendo suas fases.

2.1 O FENÔMENO DA EVASÃO ESCOLAR

A escola é vista em nossa sociedade como uma das instâncias principais de desenvolvimento educativo formal, tendo como função posta em lei a promoção de ideais de solidariedade e cidadania em seus educandos, bem como, oferecer a possibilidade de construir seus saberes de forma integral e significativa. Várias instituições são propagadoras da educação formal. No âmbito Federal temos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por Lei Federal e de natureza pluricurricular e multicampi que ofertam a Educação Profissional articulada às diversas modalidades de ensino, como sinaliza o art. 2º da Lei nº 11.892/ 2008 que cria os Institutos:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com

¹² Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6798882 Acesso em: maio de 2020.

base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Assim, um dos objetivos dos Institutos Federais de Educação é o de garantir formação profissional de qualidade e promover aos seus educandos uma formação sólida e voltada para o mercado de trabalho. Todavia, muitos alunos ingressantes não concluem seu percurso formativo, evadindo e não obtendo êxito na formação Técnica pretendida. A educação profissional vem apresentando altos índices de evasão, relatórios do Tribunal de Contas da União identificaram que mais de 30 % dos alunos que ingressam nos Institutos Federais abandonam o curso.

De acordo com Dore e Luscher (2011), a evasão escolar assume características diversas, como: a saída do alunos da escola, saída de uma rede de ensino, a ausência de matrícula na educação compulsória, a não conclusão de um nível escolar específico. Muitas pesquisas já foram realizadas sobre evasão no ensino fundamental e médio, há um campo vasto de discussões que procuram identificar as causas e estimar o índice de alunos que abandonam nesses níveis. Porém, no âmbito da Educação Profissional há escassez de estudos que focalizem essa temática.

No entendimento de Arroyo (2001), o fracasso escolar é algo segregador e excludente e a escola pode afirmar essa exclusão reproduzindo uma fracasso existente. O fenômeno da evasão está presente em todos os níveis e modalidades da Educação Pública formal brasileira, e podemos dizer que esse fenômeno pode contribuir para avaliar se uma política pública na área de educação está sendo bem implementada ou não.

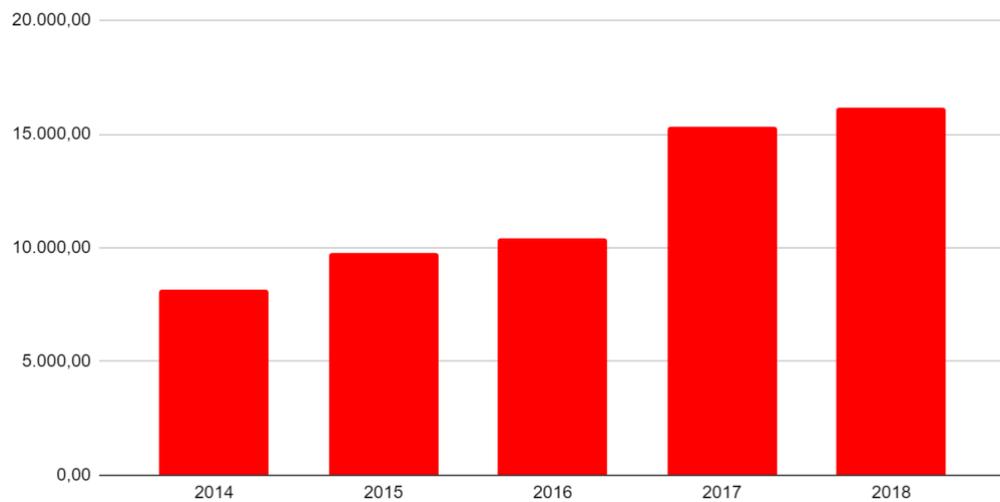
Focalizando na realidade do IFPE, dados do relatório ¹³de gestão do ano de 2015 e do ¹⁴relatório de gestão do ano de 2018, estimaram o Gasto Corrente por Matrícula (GCM), índice que mede o gasto anual por aluno de acordo com a quantidade de matrículas realizadas num determinado ano.

É possível observar no gráfico 1 que o valor anual de gasto por matrícula aumentou ano após ano. Entre os anos de 2014 e 2018 o valor do investimento por aluno praticamente dobrou, passando de R\$ 8.130,78 em 2014, para R\$ 16.163,61 em 2018.

Gráfico 1 - Gasto corrente por matrícula

¹³ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/auditorias/processos-de-contas/relatorio-de-gestao-2015.pdf/view> Acesso em: 20 de março de 2020.

¹⁴ Disponível: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao> Acesso em: 20 de março de 2020.

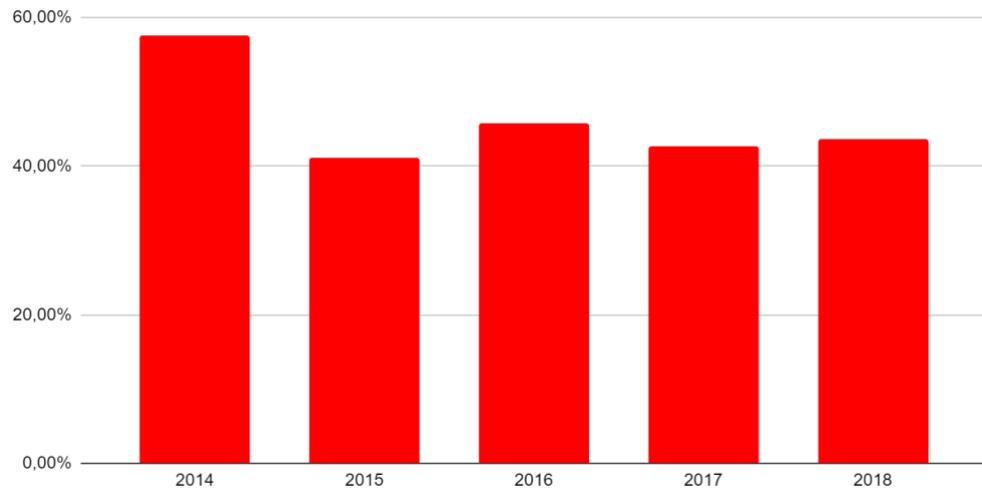


Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base no Relatório de Gestão do IFPE

No entanto, identificamos que a evasão na instituição vem aumentando. O gráfico estima o Índice de Eficiência Acadêmica, que busca quantificar a taxa de conclusão dentro do ciclo de todo o IFPE. Pontuamos que o ano de 2014 apresentou o maior índice com 57,6%. Já o ano de 2015 apresentou o menor índice com 41,1%, figurando uma baixa de 16 pontos percentuais, comparado ao ano anterior.

Já, o ano de 2016 apresentou índice de 45,7%, o ano de 2017 de 42,6%, e o ano de 2018 43,7%. Relacionando o custo anual por aluno com a taxa de conclusão, verificamos que o aumento de investimento não resultou diretamente com o êxito do alunado.

Gráfico 2 - Índice de eficiência acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base no Relatório de Gestão do IFPE

Stoffel e Ziza (2014) pontuam sobre os impactos que o fenômeno da evasão traz tanto para economia, quanto para as Instituições de ensino públicas e privadas :

Este problema atinge não apenas as Instituições Públicas, mas também as Instituições Privadas. Enquanto no setor público torna-se um investimento sem o devido retorno, nas Instituições Particulares é um dos principais motivos da perda de recursos, que poderiam ser empregados na melhoria da qualidade do ensino. Em ambos os casos, termina por repercutir socialmente, na medida em que a escolarização impacta significativamente na evolução socioeconômica (STOFFEL; ZIZA, 2014).

A partir dos dados quantitativos levantados pelo IFPE, foi elaborado o Plano de ação para Superação da Evasão e Retenção. O documento foi construído conjuntamente pelos *campi* em 2015. Cada *campus* designou por meio de portaria os membros que fariam parte da comissão local com a finalidade de levantar dados sobre a evasão, e assim, tentar buscar estratégias para minimizar os índices de abandono e retenção escolar.

No *campus* Cabo de Santo Agostinho as ações da comissão local iniciaram no ano de 2015, mas por troca de gestão sistêmica o trabalho prosseguiu a passos lentos. Em todo ano de 2016 a comissão se reuniu uma única vez, e no ano de 2017 ocorreu o mesmo, chegando em 2018 na paralisação das ações.

Em 2019 as reuniões da comissão foram retomadas com a reestruturação do Plano e delimitação de metas. Porém, não foi realizado um estudo mais detalhado que pudesse subsidiar as ações traçadas, como por exemplo, a relação da evasão com os Programas Institucionais.

2.1 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESOLAR

Segundo Rumberger (2006), conhecer as causas da evasão é muito difícil pois ela acontece por situações diversas e envolve várias dimensões, seja o ambiente escolar, a família ou a comunidade. O autor vai além, afirmando que a evasão é um processo de desengajamento cumulativo do aluno na escola, assim, é imprescindível saber como ela acontece, para que se possa traçar estratégias de superação.

Entender as causas da evasão é importante para se superar o problema por meio de estratégias de enfrentamento. Embora não seja fácil identificar tais causas, a literatura aponta para três características. A primeira característica condiz com a evasão na ótica individual que abrange o percurso individual de cada aluno, a sua trajetória escolar (RUMBERGER, 2004).

A ótica individual afirma que o nível de engajamento do estudante, sua participação escolar, seu relacionamento com os docentes e com os colegas de turma influenciam na sua permanência. Segundo essa ótica, a escolaridade dos pais também é um fator que influencia indiretamente no abandono escolar.

A segunda característica é sob a ótica Institucional, que engloba as condições estruturais da escola, os recursos escolares e a composição do corpo docente. Esses fatores podem influenciar no abandono escolar ou na permanência. Luscher e Dore (2011), analisa a evasão no Brasil sob o olhar do fracasso escolar na Educação Básica:

No caso brasileiro, à questão da evasão no ensino técnico acrescenta-se a dificuldade de acesso dos jovens a essa modalidade de ensino, tendo em vista os altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar que se manifestam já na educação básica. A relação entre a educação básica e a educação técnica é um dos aspectos mais significativos da pesquisa sobre evasão na educação técnica no Brasil (LUSCHER E DORE, p.153, 2011).

As autoras pontuam que a evasão no Brasil está atrelada à falta de democratização do ensino, e quando acontece na educação Técnica de Nível Médio pode ser considerada sob diversas perspectivas:

No caso da educação técnica de nível médio no Brasil, a evasão pode ser considerada sob várias perspectivas, o que torna mais difícil sua compreensão, seja quantitativa ou qualitativamente. Entre os percursos de formação profissional disponíveis no nível médio, o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra opção é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente

qualquer proposta de formação profissional no nível médio (LUSCHER E DORE, p. 152, 2011).

Assim, conhecer o movimento de evasão nas Instituições de Educação Profissional pode ajudar a traçar políticas públicas para a superação desse fenômeno ou redirecionar práticas pedagógicas que favoreçam a permanência do alunado.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A trajetória da Educação profissional no Brasil está ligada aos anseios do sistema capitalista, como também marcada pela dualidade educacional. Ciavatta e Ramos (2011), sinalizam que desde o Brasil colônia, o ensino Profissional foi direcionado para as classes populares, enquanto que o ensino propedêutico com vistas ao ensino superior sempre foi voltado para as elites.

A necessidade de formar mão de obra qualificada para atuar nos diversos setores da economia é um dos objetivos dessa modalidade de ensino. De acordo com o art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é objetivo da Educação Profissional “integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996).

Dessa forma, essa modalidade de educação formal é ofertada por diversas instituições educacionais no Brasil, através de diversas modalidades de cursos, atrelados ao ensino regular ou à qualificação de trabalhadores. Cursos de Formação Inicial ou Continuada de Trabalhadores, cursos de Qualificação Profissional, cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Cursos de Educação Tecnológica de Graduação e cursos de Pós-Graduação, compõem as modalidades de formação Profissional.

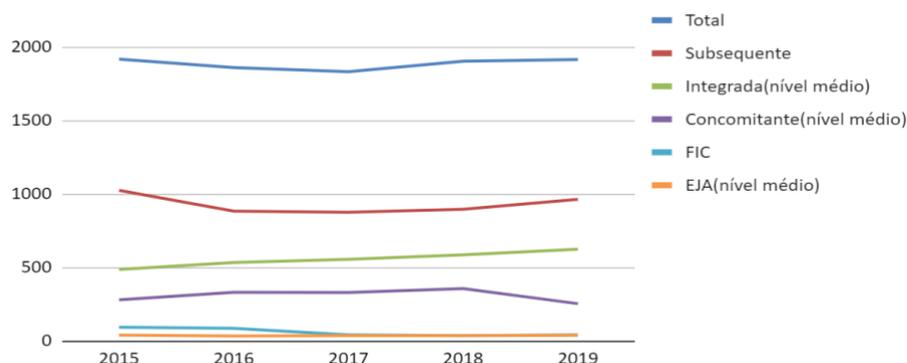
No campo das políticas educacionais, novas legislações foram direcionadas à Educação Básica e à Educação profissional, como a criação do Decreto Nº5.154 /2004, ratificando que a Educação profissional deve seguir a premissa do trabalho como princípio educativo. Ciavatta e Ramos (2011) desdobram essa concepção:

Sob essa concepção afirma-se o trabalho como princípio educativo, isto é, como o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (CIAVATTA E RAMOS, p.31, 2011).

Portanto, uma formação meramente técnica não estaria suprimindo as novas demandas da globalização, e sim, uma formação politécnica, que englobaria também a formação histórico-social desse novo profissional.

Atualmente, a oferta de cursos de Educação profissional no Brasil apresenta um cenário expressivo, principalmente na modalidade Técnico Integrada Nível Médio, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Número de matrículas na Educação Profissional



Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base no Censo Escolar 2019

De acordo com os dados do¹⁵ Censo da Educação Básica 2019, as matrículas na Educação Profissional chegaram próximas a 2 milhões de ofertas no Brasil. As matrículas de cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, ou seja, cursos de Ensino médio atrelados ao ensino Técnico, aumentaram em mais de 100 mil matrículas entre 2015 e 2019.

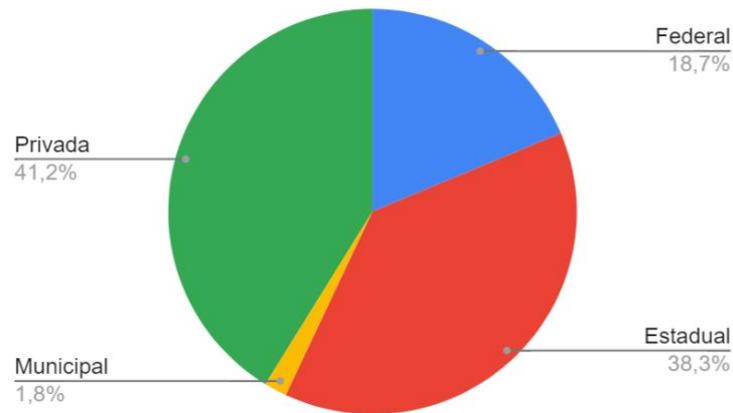
Acreditamos que o aumento dessa oferta esteja em cumprimento à meta 11º do Plano¹⁶ Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), que tem como objetivo aumentar o número de matrículas da Educação Profissional articulada ao Ensino Médio, com vistas ao desenvolvimento econômico da região que o curso irá se localizar. Tal objetivo, focaliza a Educação profissional como modalidade estratégica para o desenvolvimento do país, alimentando as áreas que carecem de mão de obra qualificada .

Além disso, o Censo Escolar 2019 apresenta dados da Educação Profissional por dependência administrativa:

¹⁵ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar> Acesso em 25 de março, 2020.

¹⁶ Ver em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: maio de 2020

Gráfico 4 - Porcentagem de matrículas por dependência administrativa

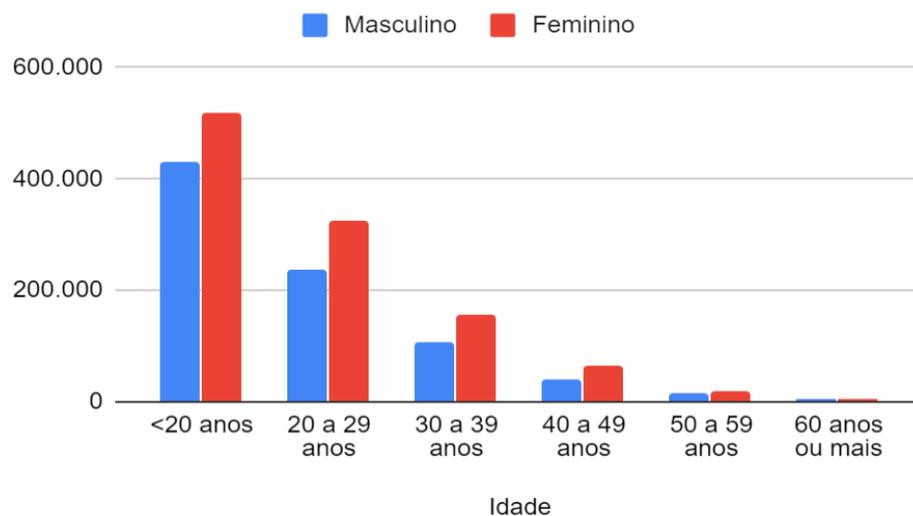


Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base no Censo Escolar 2019

De acordo com o gráfico, foi identificado que as instituições privadas ofereceram um número maior de matrículas na Educação Profissional em 2019, seguida pela Rede Estadual de Ensino, Rede Federal e Rede Municipal.

Com relação ao perfil dos alunos que integram a Educação Profissional, o Censo da Educação Básica 2019 identificou que a partir da meia idade a quantidade de matrículas diminuíram consideravelmente. No que condiz ao gênero, há mais mulheres matriculadas nos cursos da Educação Profissional do que homens, como podemos observar no gráfico 5:

Gráfico 5 - Matrículas por gênero e faixa etária



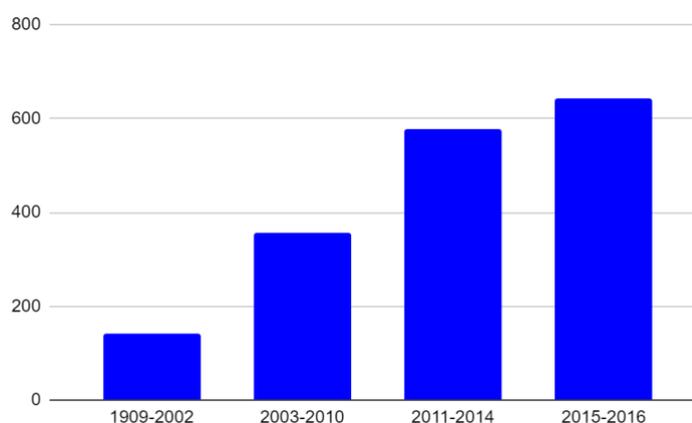
Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base no Censo Escolar 2019

Assim, a Educação profissional ocupa destaque na Educação Brasileira, principalmente a de nível médio, porque ela é vista como meio de inserção rápida no mercado de trabalho para as classes populares, tornando a oferta dessa modalidade uma necessidade para aqueles que não possuem perspectiva com outro tipo formação (CIAVATTA & RAMOS , 2011) .

3.1 REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A ¹⁷Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada pela lei Nº 11.892/2008 durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. No bojo das políticas públicas educacionais do governo Lula, a Rede Federal de Educação Profissional ampliou o número de instituições e promoveu a interiorização da oferta do Ensino Profissional. Em sua historicidade, a Rede Federal passou por três expansões. Podemos observar no gráfico 6 a quantidade de unidades criadas em cada expansão:

Gráfico 6 - Número de Instituições Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia



Fonte: Elaborado pela autora (2020), a partir de MEC/SETEC 2020

Entre 1909 e 2002 a Rede Federal de Educação era composta por 140 instituições. Em 2003 inicia o processo de expansão, de 140 instituições para 356 unidades em 2010, espalhadas pelo território brasileiro. Na segunda expansão da Rede, entre 2011 e 2014, foram criadas mais 222 unidades. A última expansão ocorreu entre os anos de 2015 e 2016, com a criação de mais 22 unidades, totalizando 644 unidades que atualmente oferecem várias modalidades do Ensino Profissional.

A Rede é composta por Institutos Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de

¹⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial> Acesso em: junho de 2020.

Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG), pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o pelo Colégio Pedro II. Com relação às instituições que integram a Rede, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia merecem destaque por perfazerem o total de 562 unidades espalhadas nos 27 estados da nação.

Dentre os Institutos Federais, chamamos atenção para o ¹⁸Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *locus* da nossa pesquisa. Atualmente, a instituição é integrada por 16 unidades espalhadas na região metropolitana e no interior do estado. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE (2014-2018):

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco atua nas seguintes áreas: Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Cursos Integrados Regulares e PROEJA e Subsequentes); Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores; Educação Superior: Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos de Licenciatura, Cursos de Bacharelado, Cursos de Pós-Graduação lato sensu de Aperfeiçoamento e Especialização e Cursos de Pós-Graduação stricto sensu de Mestrado e Doutorado (IFPE, 2015, p.29).

Assim, o IFPE oferta várias modalidades de cursos da Educação Profissional e é referência no estado pela qualidade do ensino ofertado e pelos bons índices nas avaliações nacionais, proporcionando ao estado de Pernambuco cursos em vários níveis e modalidades, além de fomentar parcerias com a Rede Estadual e Municipal de Ensino.

3.2 O IFPE CAMPUS CABO DE SANTO AGOSTINHO

Figura 1 - Fachada *Campus* Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Portal do IFPE (2020)

O IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho foi criado no ano de 2013 durante a implantação da terceira expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica,

¹⁸ Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/> Acesso em junho de 2020.

instituída pela Lei¹⁹ Federal nº11.892/2008. De acordo com o ²⁰Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE 2014-2018:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, compondo a Rede a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Possui, dentro de suas prerrogativas, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, sendo uma Instituição especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de Ensino (IFPE, 2015, p.24).

Nesse sentido, o Instituto Federal de Pernambuco inaugurou na terceira expansão 7 novos *campi*, a saber: *campus* Abreu e Lima, *campus* Cabo de Santo Agostinho, *campus* Igarassu, *campus* Jaboatão dos Guararapes, *campus* Olinda, *campus* Palmares, e *campus* Paulista. Seis dos sete *campi* foram situados na região metropolitana, porém com ofertas de cursos distintos e sempre atrelados aos estudos de viabilidade para formação de mão de obra local.

As atividades do *campus* Cabo foram iniciadas em sede provisória na ²¹Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho (Fachuca). Todos os *campi* da terceira expansão iniciaram em sede provisória. As sedes foram cedidas pelos respectivos municípios que os *campi* se instalaram. Com algumas limitações de espaço, e corpo docente e administrativo em processo de posse por meio de concursos públicos, o *campus* Cabo ofertou seu primeiro curso Técnico via ²²Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego).

O curso iniciado foi o de Técnico em Hospedagem, com aulas presenciais. Ao longo do primeiro ano de funcionamento, também foram ofertados cursos de Qualificação Profissional, uma modalidade mais curta de formação, todos pelo Pronatec. No segundo semestre de 2014 ocorreu a posse de vários servidores técnicos administrativos e docentes, o que possibilitou a implantação dos primeiros cursos Técnicos regulares do *campus*: o curso Técnico em Logística e o curso Técnico em Meio Ambiente.

Atualmente, o *campus* ainda permanece com suas atividades funcionando em sede provisória, porém com a perspectiva de mudança para a sede definitiva no ano de 2021. Hoje, o *campus* oferta quatro cursos Técnicos, quatro cursos Superiores, dois cursos na modalidade²³

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em junho de 2020.

²⁰ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/pdi-1/pdi-completo-2014-2018.pdf> Acesso em: junho de 2020.

²¹ Disponível em: <http://fachuca.com.br/site/> Acesso em: junho de 2020.

²² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em: junho de 2020.

²³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja> Acesso em: junho de 2020.

Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, através do Convênio nº 01/2013 – SEE/IFPE.

Além desses cursos, o *campus* oferta dois cursos de Qualificação Profissional em Línguas Estrangeiras e um curso *lato sensu* de Pós-graduação em Gestão Estratégica em Logística. A quantidade de alunos por turma é em média de trinta e cinco alunos. A forma de ingresso é por meio de seleção via currículo, via vestibular ou transferência interna e externa.

Em 2020, o *campus* funciona com 630 alunos matriculados, pretendendo ampliar a oferta de vagas na sede definitiva. O corpo docente é composto por mestres e doutores formados nas áreas Técnicas e Superiores, como também nas área de Licenciatura. Com relação à organização administrativa, o *campus* é composto por uma Direção Geral , uma Direção de Ensino e uma Direção de Administração e Planejamento. Ao todo, integram o *campus* 39 docentes e 35 Técnicos Administrativos.

4 O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas é um campo dentro do estudo da Ciência Política que procura entender e analisar o governo à luz de grandes questões públicas. Uma definição clara de Políticas públicas é “o estado em ação”, no entanto, as concepções ideológicas e questões de interesse muitas vezes permeiam as escolhas do governo em solucionar ou não problemas sociais. De acordo com Souza (2006), decisões e análises sobre determinada política pública implicam responder quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Para compreender o processo desde a ideia de uma política pública até sua avaliação há um percurso chamado ciclo de políticas públicas, que compreende as seguintes etapas: agenda, formulação, adoção, implementação e avaliação. O que seria agenda dentro do ciclo de políticas públicas? Primeiramente, o mais interessante é destacarmos que essa fase do ciclo é pouco explorada nos estudos sobre políticas públicas. No processo de formação da agenda há priorizações, mas o interessante é identificarmos o que faz um tema entrar ou não na agenda.

No entendimento de Kingdon (1995), uma agenda governamental é uma lista de temas que são alvo de atenção por parte das autoridades em um dado momento. Depois que um tema entra na agenda, são analisadas alternativas que se tem para fazer com que tal tema seja priorizado, dessa forma, alguns temas entram numa “agenda menor” e outros não.

O quanto será gasto para solucionar um problema, a questão ideológica do governo (governos de direita tendem a priorizar assuntos de ordem econômica, governos de esquerda priorizam assuntos de ordem social) e os ciclos políticos, influenciam os temas que farão parte da agenda. Outras questões como a importância de um problema (reconhecimento) e questões de negociação dentro da política, são fatores que contribuem para a priorização de um tema.

Com relação aos ciclos políticos, o gestor prioriza temas na agenda de interesse dos seus aliados políticos, se beneficiando quando sua popularidade está em alta (momentos do seu mandato), assim, a priorização dos temas está relacionada tanto à popularidade do governo quanto à mudança do governo. Os atores que participam da formulação da agenda são divididos em dois grupos: atores visíveis e atores invisíveis.

Os atores visíveis são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do povo: Presidente da nação e seus assessores, partidos políticos, mídia e membros do congresso. Já no grupo de atores invisíveis, constam: acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do congresso que tendem a trabalhar no planejamento, estudos orçamentários e avaliação das políticas.

O primeiro grupo define a agenda e o segundo tem maior poder sobre a escolha das alternativas. Dessa forma, os temas escolhidos pelo primeiro grupo têm mais possibilidades de fazer parte da agenda do que os temas sugeridos pelo segundo grupo, evidenciando um modelo de ciclo de políticas de cima para baixo, no qual os políticos do alto escalão decidem as questões que serão abordadas nas políticas públicas.

Dito isso, o processo de seleção dos temas que serão desdobrados em políticas públicas seguem alguns critérios, como: a viabilidade técnica, a congruência com os valores dos especialistas da área e a antecipação de possíveis restrições. A antecipação de restrições diz respeito às questões orçamentárias, de aceitabilidade do público e receptividade dos políticos, ou seja, se há recursos para implementação da política, se o público-alvo aceitará ser submetido à política. Como também, se o grupo de políticos está disposto a trabalhar com determinada temática.

As propostas contrárias a essas questões estão sujeitas a serem descartadas. Todavia, boa parte das políticas sofrem reelaboração até serem aceitas para implementação, nessa perspectiva, as políticas dificilmente são elaboradas do nada, e sim transformadas e recombinadas por meio de elementos familiares. Assim, o processo de aceitação torna-se mais viável, já que as políticas não são totalmente “desconhecidas”.

Logo, o processo de seleção pode seguir uma linha de conexão entre três fatores: um problema urgente que demanda atenção, uma proposta que é associada ao problema, ou quando já se tem uma solução para o problema. Para essa junção entre os três fatores chamamos de conexão de janela.

Quanto à formulação das políticas públicas, há dois modelos explicativos: Modelo da Escolha Racional (Método Raiz) e Modelo Incremental (Método da Ramescência). O primeiro modelo parte de uma escolha racional pelo gestor público, esse modelo se caracteriza pelo método dedutivo que parte da teoria para a realidade. O esperado é que os gestores públicos sigam esse modelo, uma vez que há primeiramente a identificação do problema a ser resolvido.

Em seguida há o levantamento de ações para a ação, como também há uma comparação sistemática das opções, um ordenamento das ações, a escolha da opção que maximize a utilidade, e a classificação de todas as opções em termos de custo e benefício.

Também, no Modelo Racional as crenças e preferências contraditórias não são levadas em consideração, há articulação entre os meios e fins. Nesse modelo há estudos de probabilidade com o objetivo de eliminar possíveis erros, buscando a maximização das ações. No modelo Racional há uma linearidade do processo.

Todavia, o modelo encena algumas críticas, a necessidade de se ter muito tempo e engendrar muito esforço para a tomada de decisão é uma delas, além disso, os atores envolvidos precisam dispor de altas capacidades intelectuais e muitas fontes de informação. Diante de tais críticas, o Modelo Racional seria mais viável para abordar problemas simples e de pouca relevância, dificilmente ele será aplicado em problemas complexos, segundo Lindblom (2010).

Em contrapartida, o Modelo Incremental ou de sucessivas comparações limitadas, pontua que a construção deve ser realizada passo a passo, a partir da situação presente e em pequenas etapas. O modelo incremental pressupõe o método indutivo que parte da realidade para a teoria, é uma crítica ao Modelo Racional.

O modelo Incremental apresenta alguns pontos positivos: soluciona problemas e não promove ideias alcançáveis; analisa como o gestor decide e não como ele deveria decidir; não cria algo que nunca existiu, partindo de algo que já existe; busca fazer com que pessoas com pontos de vistas diferentes se alinhem ao mesmo ponto, além de prever mudanças nas margens.

O modelo Incremental também recebeu críticas. Primeiramente, precisamos pontuar que toda mudança parte de uma mudança fundamental, ou seja, decisões incrementais partem de decisões fundamentais. Uma das críticas aponta que o Modelo Incremental remete ao comodismo no campo das políticas públicas, uma vez que, mudanças em larga escala trariam melhores resultados.

Há críticas também no que condiz a uma suscetível tentativa ao erro, não garantido o êxito. Além disso, o Modelo Incremental é concebido com pouco rigor científico. Por mais que o modelo tenha críticas, no entendimento de Lindblom (2009), formular políticas é um processo de sucessivas aproximações a alguns objetivos desejados, em que o próprio objetivo continua a mudar sempre que é considerado, assim, ele defende que o Modelo Incremental seria mais exequível comparado ao Modelo Racional.

Quanto à classificação, as políticas públicas podem ser redistributivas, distributivas e regulatórias. Cada tipo de política corresponde a uma arena de poder, pois a forma que as pessoas se relacionam tem por base o que esperam ganhar. No bojo das políticas redistributivas estão os programas sociais universais. Essas políticas se caracterizam por atingirem um maior número de pessoas (impacto máximo) e dividirem a sociedade em dois grandes grupos (ricos e pobres). A arena de poder das políticas redistributivas está relacionada à visão elitista do processo político, emergindo nas questões de ideologia de classe.

Paradoxalmente, as políticas distributivas são caracterizadas por apresentarem impacto concentrado, ou seja, beneficiam poucos grupos (ex.: construção de uma praça num bairro, programas de alocação de recursos para pesquisa). Também esse tipo de política

apresenta recursos limitados e um nível de clientelismo alto, não há confronto direto entre favorecidos e não favorecidos. Por ter caráter individualista, os conflitos que emergem das políticas distributivas são restritos, as coalizões são altamente estáveis pela existência de apoio mútuo.

Com relação à arena de poder, a política nas arenas distributivas são chamadas por Schattschneider (1942) de “não-interferência mútua” em que cada um pode procurar benefícios, porém, não é justo opor-se aos benefícios que os outros buscam. Assim, qualquer grupo ou pessoa pode procurar favorecimentos políticos, sem julgar os que procuram ou são favorecidos, não havendo oposição. Nas políticas distributivas os interesses são variados e não se relacionam, mas se apoiam por “não - interferência mútua”.

As políticas regulatórias também apresentam impactos específicos e individualizados, porém não são suscetíveis à desagregação infinita como nas políticas distributivas. São exemplos de políticas regulatórias a regulamentação do Uber, as normatizações de trânsito, a proibição de fumo em locais fechados.

Diferente das políticas distributivas, as políticas regulatórias não tem como base as demandas individuais, pois as coalizões se organizam pela multiplicidade de grupos organizados. Esse tipo de política apresentaria uma dinâmica mais instável e pluralista, baseada no balanço de poder.

Após a fase da adoção, temos a fase da Implementação que condiz na execução da política pública. Winter (2010) aponta três gerações de estudos sobre implementação: a primeira geração dos pioneiros, que descrevem os estudos exploratórios; a segunda geração que traça os modelos de cima para baixo, de baixo para cima e modelos de síntese; e a terceira geração que aborda sobre os planos de pesquisa comparativa e estatística.

Os estudos da primeira geração surgiram na década de 1980 e tiveram como objetivo gerar teoria e modelos de análise empírica. Os estudos da segunda geração foram focalizados no modelo de cima para baixo, chamado de “top dow”, que consiste na divisão clara entre formulação e implementação, havendo hierarquia dos atores.

A formulação de leis é um modelo de implementação de cima para baixo. Esse modelo foi criticado por ser irreal e pela exagerada capacidade dos proponentes de estruturar a implementação de uma política, pois entende-se que muitos formuladores não possuem conhecimento sobre o assunto que a política aborda.

Outro modelo de implementação de políticas públicas da segunda geração é o modelo de baixo para cima. Nesse modelo os implementadores assumem papel central e passam a ser

muitas vezes “burocratas de nível de rua”, aqueles que representam as categorias trabalhistas , quem trabalha diretamente com os beneficiários das políticas.

Já os estudos da terceira geração tratou de comparar vários estudos de caso, pois acreditavam que os modelos de implementação da segunda geração não identificavam fielmente as barreiras de uma má implementação.

Ocorrida a implementação da política pública, chega-se a última fase do ciclo: a avaliação. Nessa fase que se encontra o objeto dessa pesquisa que é o de analisar a evasão nos cursos Técnicos. Segundo Faria (2009), as democracias ocidentais vêm apresentando a partir da década de 1990 interesse em avaliar as políticas públicas implementadas pelos governos com o objetivo principal de realocar recursos, ou de suprimir/ampliar recursos em determinada política, concebendo a avaliação como um instrumento gerencial.

Com relação ao uso da avaliação de políticas públicas podemos citar quatro deles . O primeiro uso é o da avaliação como instrumento (instrumental) , que depende da qualidade e da correta divulgação de seus resultados. O segundo é o uso conceitual, que é restrito aos técnicos do programa, nesse caso a aprendizagem do processo avaliativo é maximizada quando esses técnicos participam da avaliação.

O terceiro uso da avaliação é como instrumento de persuasão, quando ela é utilizada pelos tomadores de decisão com o objetivo de obter apoio. E o quarto é o uso da avaliação como esclarecimento, que impacta nos profissionais e comunidades de políticas, podendo alterar crenças e a forma de ação das instituições (Faria, 2005).

5 METODOLOGIA

A seguir apresentamos os pressupostos metodológicos adotados por essa pesquisa. Caracterizamos a natureza do trabalho, o lócus de investigação, o universo pesquisado e detalhamos o desenho da pesquisa, descrevendo as hipóteses e variáveis que nortearam o rumo do estudo, bem como os instrumentos de coleta de dados.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa se configurou como um estudo de caso de natureza quantitativa. De acordo com Gil (2008) com mais prevalência nas ciências sociais, o estudo de caso tem como finalidade investigar um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real. Para Yin (2001), o estudo pode compreender casos únicos ou múltiplos e adotar tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa, além de ser uma investigação empírica, com base num planejamento lógico de coleta e análise de dados.

Stake (2000), também define o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa com a finalidade de investigar casos individuais, podendo assumir tanto a metodologia quantitativa, quanto qualitativa. No entendimento de Ventura (2007), o estudo de caso pode proporcionar um conhecimento aprofundado do fenômeno estudado ao abordar intensamente o caso.

Dito isso, procuramos analisar o fenômeno da evasão nos cursos Técnicos do IFPE *campus* Cabo, diagnosticando índices do abandono escolar nas turmas concluídas. Além disso, o estudo teve como finalidade agregar referencial sobre a temática na Educação Profissional.

A análise documental foi a mais adequada para a realização da pesquisa por buscar identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Foram analisadas 27 turmas concluídas entre os anos de 2014 a 2018, totalizando o universo de 902 alunos distribuídos entre os cursos Técnicos em Meio Ambiente, Logística, Hospedagem e Cozinha. As análises foram extraídas das fichas de matrículas dos discentes e de planilhas. Procuramos analisar as primeiras turmas implantadas de tais cursos até as últimas que apresentaram os ciclos concluídos ao final do ano de 2018.

Diagnosticamos a quantidade de evadidos por turma, bem como a quantidade total por curso. Os cursos exigiram como requisitos de entrada seleção através do vestibular, seleção por meio do histórico escolar do Ensino Médio e transferência externa ou interna. Os cursos analisados são organizados por semestres letivos, algumas turmas vivenciaram a matriz curricular em 4 semestres e outras em 3 semestres.

Segundo King (1995) é interessante deixar claro no desenho de pesquisa as variáveis independentes e dependentes que nortearão o estudo, bem como descrever as técnicas utilizadas e as fontes que foram encontradas para que o trabalho seja replicável. Assim, o Quadro 1 aponta as características do desenho dessa pesquisa.

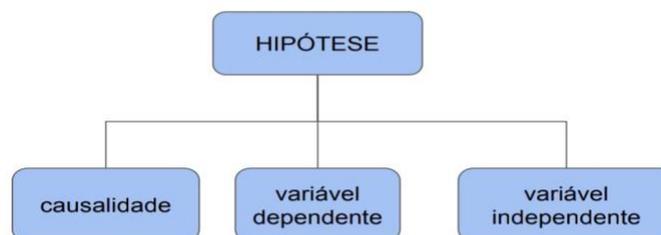
Quadro 1 - Desenho de pesquisa

Hipóteses	H1: Turmas com currículos menores apresentam menor índice de evasão; H2: Cursos com maior carga horária prática apresentam menor índice de evasão; H3: Alunos que participam de Programas de Pesquisa e Extensão evadem menos;
Técnicas	Estatística descritiva; Análise documental
Variáveis	Dependentes: Evasão escolar Independentes: currículos menores, maior carga horária prática, Programas de Pesquisa e Extensão.
Fontes	Sistema Q-acadêmico do IFPE <i>campus</i> Cabo de Santo Agostinho; Projetos Pedagógicos dos Cursos; Fichas de matrícula; Relatórios institucionais; Planilhas de acompanhamento dos cursos Técnicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

De acordo com Figueiredo Filho et al. (2012), as hipóteses são relações causais diretas que devem apresentar variáveis independentes e dependente, devem ser formuladas de forma clara e parcimoniosa, escritas na voz ativa e serem bem definidas. Quando bem formuladas, as hipóteses agregam credibilidade ao trabalho científico e minimiza as chances de incompreensão. Dessa forma, uma hipótese deve apresentar as características abaixo:

Figura 2 - Características da hipótese



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Para tanto, elencamos três hipóteses de trabalho. A primeira hipótese sustenta que turmas com currículos menores apresentam menor índice de evasão. A segunda postula que cursos com maior carga horária prática apresentam menor índice de evasão. A terceira e última afirma que alunos que participaram de Programas de Pesquisa e Extensão evadem menos.

O desenho da pesquisa foi composto por variáveis dependentes e independentes. Para levantar os índices da variável dependente “evasão“ e obter o percentual por turma, utilizamos para coleta de dados o sistema de fluxo do IFPE “QAcadêmico” e os relatórios de gestão do *campus*. O QAcadêmico também foi utilizado para identificarmos o percentual de matrículas totais e evasão por gênero. No levantamento quantitativo encontramos várias inconsistências nos relatórios que nos foram disponibilizados. Assim, tornou-se imprescindível voltarmos ao Sistema QAcadêmico para reanalisar os dados.

Para realizarmos o levantamento das variáveis independentes “currículos menores“ e “cursos com maior carga horária prática”, utilizamos os Projetos Pedagógicos dos cursos com o objetivo de identificar a carga horária prática e o tempo total de duração dos currículos. Com os dados levantados, realizamos a análise com os índices de evasão por turma e curso.

Com relação à variável independente “Programas de Pesquisa e Extensão”, utilizamos como fonte os relatórios elaborados pela Divisão de Pesquisa e Extensão do *campus* e o Sistema QAcadêmico para obtermos informações complementares como status de matrícula (cotista ou não cotista).

5.2 ANÁLISE DE DADOS

Ao todo, foram analisadas 12 turmas do curso Técnico em Logística, 9 turmas do curso Técnico em Meio Ambiente, 3 turmas do curso Técnico em Hospedagem e 3 turmas do curso Técnico em Cozinha, totalizando 902 alunos. O critério de escolha das turmas se deu pelo condicionante ciclos concluídos, ou seja, turmas que concluíram todos os semestres que compõem a matriz curricular. O período investigado foi entre 2014.2 e 2018.1. A quantidade de turmas por curso variou.

O curso Técnico em Logística e Meio Ambiente ofertaram mais turmas e os cursos Técnicos em Hospedagem e Cozinha ofertaram menos turmas, pois foram implantados a partir do segundo semestre de 2016, com uma entrada anual cada um. Utilizamos para a análise das turmas o programa Excel. Trabalhamos com os seguintes dados:

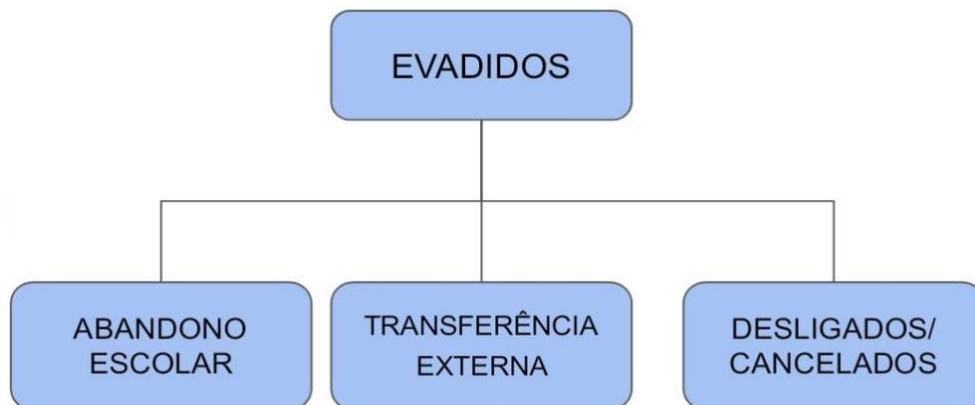
- Percentual de evasão por curso e por turma;
- Percentual de evasão por turno;

- Percentual de evasão por sexo.

Para calcular o percentual de evasão, tivemos como referência o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica ²⁴(Sistec) que indica a seguinte fórmula: $TE = \text{Matrículas Finalizadas Evadidas} / \text{Matrículas Atendidas} \times 100$. A Taxa de evasão (TE) é a divisão das matrículas evadidas dividida pela quantidade de matrículas atendidas multiplicadas por 100. Essa fórmula é utilizada por toda a Educação Profissional do Brasil.

De acordo com o Sistec, os alunos evadidos são os que abandonaram o curso, alunos que solicitaram transferência ou cancelamento de matrícula voluntariamente, e alunos que foram desligados / jubilados, como ilustrado na figura abaixo:

Figura 3 - Status de matrícula dos alunos evadidos



Fonte: Elaborada pela autora (2020), com base no Sistec/MEC 2015

Na segunda fase da análise quantitativa, levantamos o índice de evasão dos alunos que realizaram os Programas institucionais de Iniciação Científica (Pibic) e Extensão (Pibex) que foram implementados pelo *campus* entre os anos de 2014 e 2018. Tivemos como objetivo verificar os índices de evasão dos alunos participantes dos Programas. Para tanto, verificamos as seguintes variáveis:

- Percentual de evasão do Programa de Iniciação Científica;
- Percentual de evasão do Programa de Extensão.

Utilizamos o programa Excel para realizar a análise gráfica. As informações referentes aos alunos que participaram de tais Programas foram extraídas do relatório da Diretoria de

²⁴ Ver: <https://sistec.mec.gov.br/login/login> Acesso em: maio de 2020.

Pesquisa e Extensão do *campus*, em seguida foi verificado no sistema Q Acadêmico dados de identificação de cada aluno como: turma, gênero, status de matrícula e turno de matrícula.

6 RESULTADOS

A seguir, apresentamos os resultados da análise quantitativa. No primeiro momento, foram obtidos os dados das 27 turmas dos 4 cursos Técnicos pesquisados. Foram levantados dados gerais de matrícula de 902 alunos, como também os dados de evasão por curso e por turma. Além disso, levantamos os índices gerais de matrícula e evasão por turno, e os índices gerais de matrícula e evasão por sexo.

No segundo momento, analisamos o relatório da Divisão de Pesquisa e Extensão do *campus*. Diagnosticamos os índices de evasão dos Programas Pibic e Pibex entre os anos de 2014 e 2018.

Os dados foram obtidos no primeiro momento através de um levantamento feito pela Comissão de Evasão do *campus*, após verificação de algumas inconsistências, todos os dados foram revisados por meio do Sistema QAcadêmico do IFPE, um a um, como critério para obter veracidade na análise quantitativa.

Assim, organizamos os resultados da seguinte forma: apresentamos o diagnóstico de matrículas e evasão por turma de cada curso Técnico. Em seguida, os índices gerais de matrículas e evasão dos 4 cursos, identificando as taxas totais de evasão e matrículas por turno. Depois, levantamos o diagnóstico de evasão por sexo e por último apresentamos os índices de evasão dos Programas Pibic e Pibex.

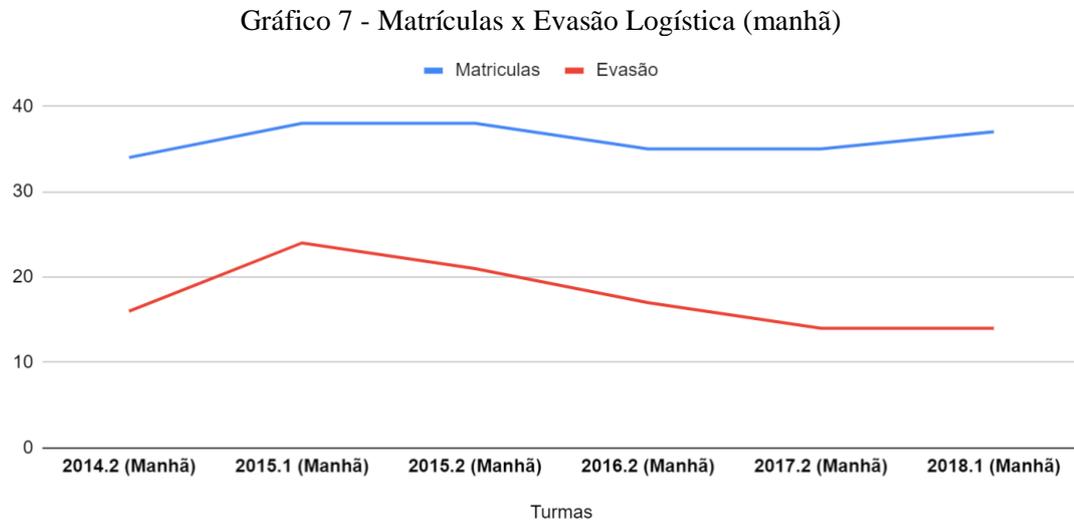
Todos os gráficos foram elaborados no Programa Excel pela própria autora. Foi necessário detalharmos a análise através de diversos gráficos para se ter uma compreensão maior e melhor das partes e do todo.

6.1 CURSO TÉCNICO EM LOGÍSTICA

O curso Técnico em Logística foi implantado no segundo semestre de 2014 no IFPE *campus Cabo de Santo Agostinho*, com o objetivo de fornecer formação qualificada para futuras atuações no setor logístico da cidade do Cabo e redondezas. A primeira turma iniciou em 2014.2 via vestibular. Todos os cursos técnicos implantados no *campus* foram escolhidos por meio de audiências públicas e estudo de viabilidade.

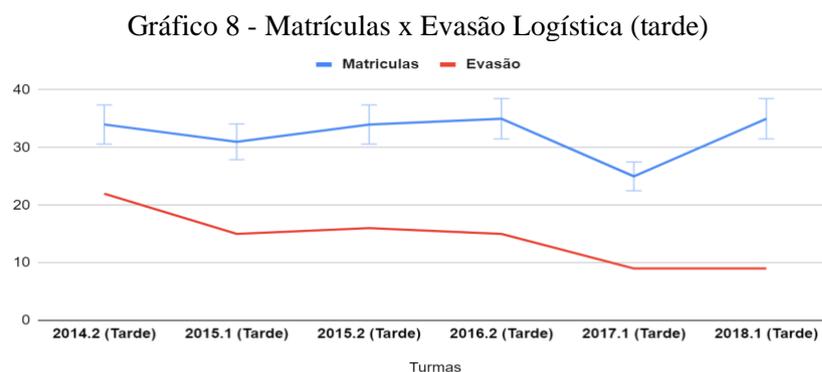
Foram analisadas no curso Técnico em Logística 12 turmas entre os períodos de 2014.2 e 2018.1, totalizando 411 alunos matriculados. O quantitativo de matrículas por turma variou entre 25 alunos e 38 alunos. Já a quantidade de alunos evadidos variou por turma entre 9 alunos

e 24 alunos. O gráfico 7 ilustra a quantidade de matrículas x quantidade de evasão por turmas ofertadas no turno da manhã:



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

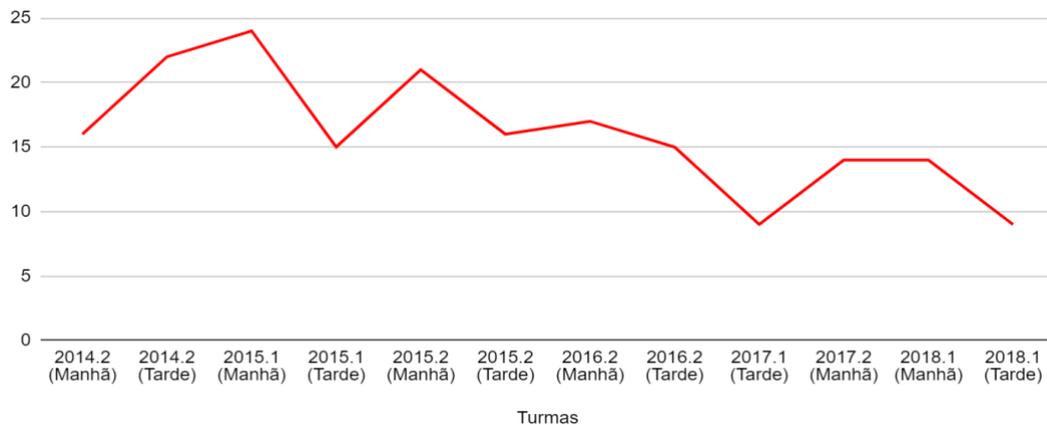
Foram ofertadas entre o período analisado 6 turmas no turno da manhã, uma turma por semestre letivo. Observamos que as turmas de 2017.2 e 2018.1 manhã apresentaram queda no índice de evasão de acordo com o gráfico 7. A turma 2015.1 manhã apresentou o maior índice de evasão. Com relação às turmas da tarde, as duas últimas turmas apresentaram o menor índice de abandono escolar. Já a primeira turma da tarde apresentou o maior índice, como podemos observar no gráfico 8:



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ao observarmos todas as turmas analisadas do curso Técnico em Logística, identificamos que a turma de 2015.1 manhã apresentou o maior índice de evasão com 63,16%, de 38 alunos matriculados, 24 alunos evadiram. A turma 2018.1 tarde, apresentou o menor índice com 25,71%, totalizando 9 evasões de 35 matriculados.

Gráfico 9 - Índice de evasão turmas de logística



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Comparando o tempo de matriz total do curso, a turma de 2017.2, e as turmas de 2018.1 cursaram a matriz curricular em 3 semestres. As outras turmas cursaram em 4 semestres, com uma carga horária maior. Observamos que a partir da turma de 2017.1 os índices de abandono foram caindo, e que as duas últimas turmas apresentaram a metade de evasão da turma que obteve o maior índice.

Consideramos que é cedo para fazermos a relação entre o tempo de conclusão mínima e evasão, pois no momento só há 3 turmas que concluíram o ciclo com o currículo menor. Porém, não podemos descartar que tais turmas apresentaram índices menores de abandono escolar. No entanto, pontuamos que essa pode ter sido uma estratégia para diminuir os índices, já que, um curso técnico que não seja tão longo pode atrair o interesse dos alunos que necessitam de uma qualificação profissional mais rápida para se inserirem no mercado de trabalho.

Do ponto de vista do custeio com o gasto corrente por matrícula, a formação técnica com menor duração pode ser considerada vantajosa, pois além de diminuir o gasto por aluno, aumentaria o financiamento de mais matrículas. Segundo Stoffel & Ziza (2014) a evasão no setor público se caracteriza como um investimento sem o devido retorno e acaba repercutindo socialmente porque o nível de escolarização da sociedade implica no desenvolvimento socioeconômico.

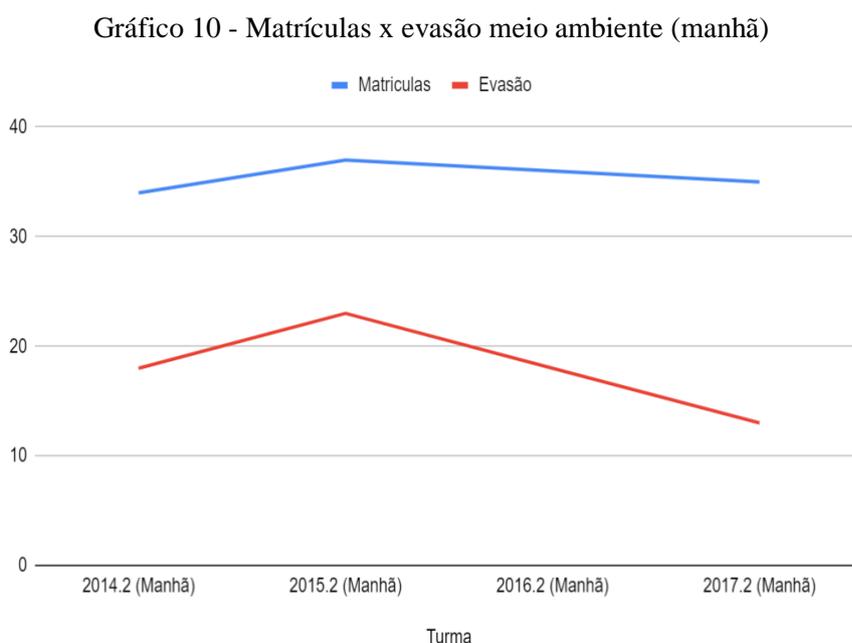
Assim, implementar ações estratégicas para minimizar os índices de abandono escolar, otimizaria o financiamento dos gastos por aluno e devolveria a sociedade um profissional qualificado para atuar no mercado de trabalho.

6.2 CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

O curso Técnico em Meio Ambiente foi implantado no segundo semestre de 2014 juntamente com o curso Técnico em Logística. De acordo com o²⁵ Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2016), o Técnico em Meio Ambiente está apto para atuar em estações de tratamento de resíduos, empresas de licenciamento ambiental, unidades de conservação ambiental e em cooperativa e associações.

O curso de Meio Ambiente iniciou com duração de 3 semestres (1 ano e meio) e carga horária total de 1.200 horas. Analisamos 9 turmas entre os anos de 2014 e 2018. Todas as turmas tiveram seus ciclos concluídos.

A quantidade de matrículas por turma variou entre 34 e 39 alunos, foram matriculados ao total 320 alunos. Dentre os 320 alunos, 165 abandonaram o curso. Podemos observar a quantidade de evasão por turma no gráfico abaixo:



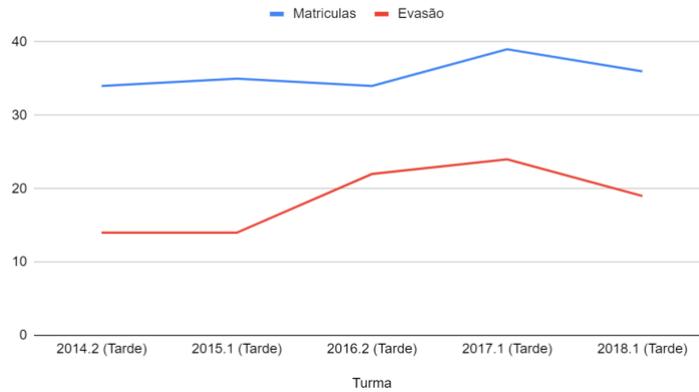
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Entre o período analisado foram ofertadas 4 turmas no turno da manhã em anos diferentes. A turma 2015.2 apresentou maior índice de evasão, de 37 matriculados, 22 alunos abandonaram o curso. Das turmas ofertadas nos dois turnos, a turma de 2017.2 manhã apresentou o menor índice, de 35 matriculados, 13 evadiram.

²⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: maio de 2020

Ao analisarmos o gráfico acima, observamos uma queda do índice de evasão a partir da turmas de 2016.2.

Gráfico 11 - Matrículas x evasão meio ambiente (tarde)

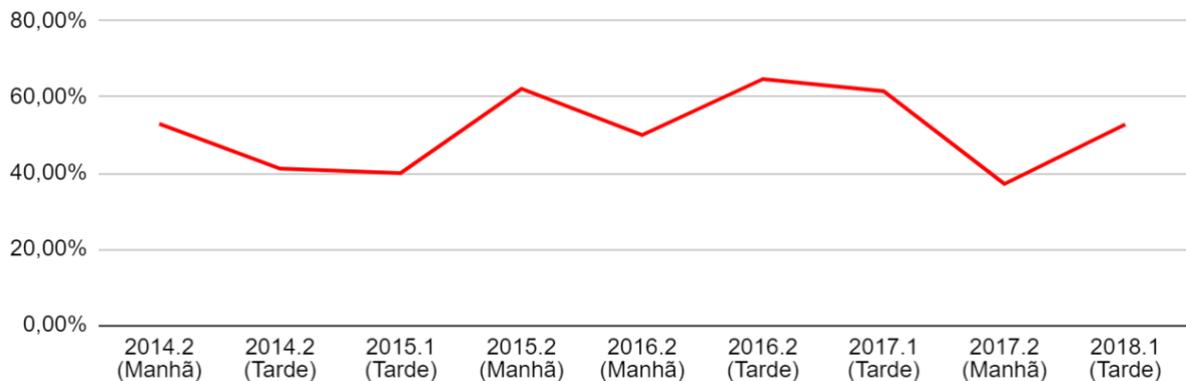


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No turno da tarde foram ofertadas 5 turmas, uma em cada ano. A turma de 2016.2 apresentou o maior índice de evasão, de 34 matriculados, 22 evadiram. A turma de 2015.1 obteve o menor índice dentre as turmas da tarde, de 35 alunos matriculados, 14 abandonaram o curso. Analisando o gráfico acima, observamos que houve variação do índice de evasão nas turmas da tarde.

Com relação aos percentuais de evasão, podemos observar no gráfico 11 que o maior índice de evasão ocorreu na turma de 2016.2 tarde (64,71%), de 34 alunos matriculados 22 abandonaram o curso. Já o menor índice ocorreu na turma de 2017.2 manhã (37,14%), representando 13 evasões do total de 35 alunos matriculados.

Gráfico 12 - Índice de evasão turmas de meio ambiente



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Contudo, analisando os gráficos 9, 10 e 11, o curso Técnico em Meio Ambiente do ano de 2014 até o ano de 2017, ofertou duas turmas anuais em turnos diferentes. As turmas de 2016.2 tarde e 2017.2 tarde apresentaram altos índices de evasão. O ano de 2016 apresentou os maiores índices de abandono escolar, de 70 alunos atendidos neste ano, 40 alunos evadiram, comparado aos anos de 2014, 2015 e 2017.

6.3 CURSO TÉCNICO EM HOSPEDAGEM

O curso Técnico em Hospedagem foi iniciado no IFPE *campus* Cabo no ano de 2016 com uma entrada anual, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos e vagas no *campus*, como também oferecer mão de obra qualificada para o setor de hospitalidade e lazer. De acordo com os arranjos produtivos da cidade do Cabo de Santo Agostinho e redondezas, a formação pretendida pelo curso tem como finalidade suprir a necessidade de profissionais para o setor hoteleiro da região.

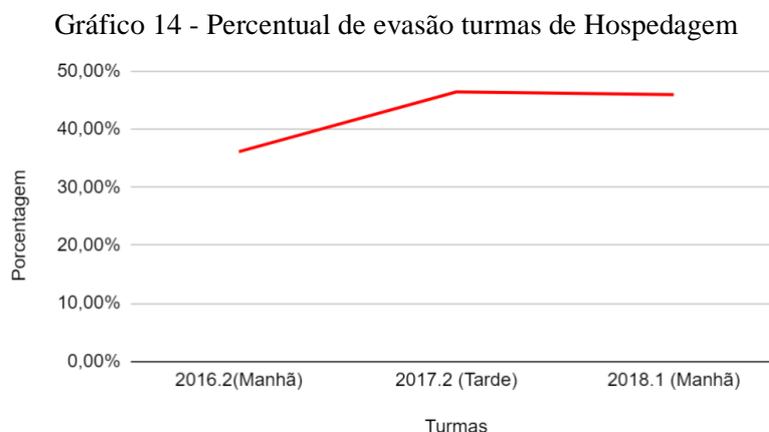
Como já dito, a escolha do curso ocorreu através de audiências públicas e estudo de viabilidade, como todos os outros cursos oferecidos pelo IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho. Na pesquisa foram analisadas as turmas que tiveram ciclos concluídos, totalizando 3 turmas. O gráfico 13 apresenta a quantidade de matrículas e evasão por turma:



Fonte: Elaborado pela autora (2020),

Dos 101 alunos matriculados nas três turmas do curso Técnico em Hospedagem, 43 alunos evadiram. A turma de 2016.2 manhã apresentou o menor índice de abandono escolar, de 36 alunos, 13 evadiram. A turma de 2017.2 tarde apresentou o maior, de 28 alunos matriculados, 13 evadiram.

Podemos observar no gráfico abaixo o percentual de evasão das turmas analisadas:



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

De acordo com o gráfico 13, o percentual de evasão aumentou de 2016.2 para 2017.2, e em 2018.1 se manteve comparado a 2017.2, porém a quantidade de matrículas da turma de 2017.2 foi menor do que a quantidade de matrículas de 2018.1, gerando um percentual de evasão maior na turma de 2017.2 .

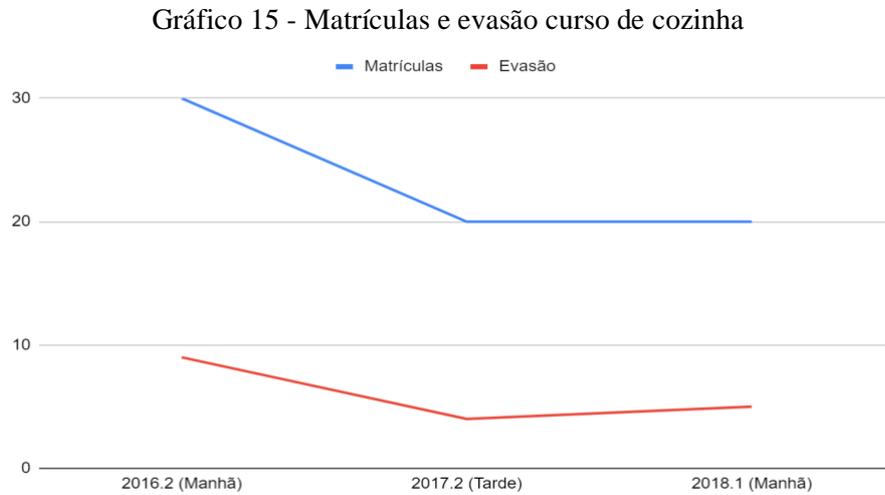
Analisando o índice de evasão por turno, o turno da manhã apresentou o maior índice e o da tarde o menor, no entanto no turno da manhã analisamos duas turmas e no turno da tarde 1 turma. No total, o curso Técnico em Hospedagem apresentou 42% de evasão, que representa 43 alunos evadidos de 101 alunos matriculados nas 3 turmas analisadas.

6.4 CURSO TÉCNICO EM COZINHA

O curso Técnico em Cozinha foi implantado no *campus* Cabo de Santo Agostinho no segundo semestre de 2016, com o objetivo de formar profissionais para atuar em estabelecimentos de comidas e bebidas. O curso foi planejado com duração de 3 semestres. Foram analisadas 3 turmas.

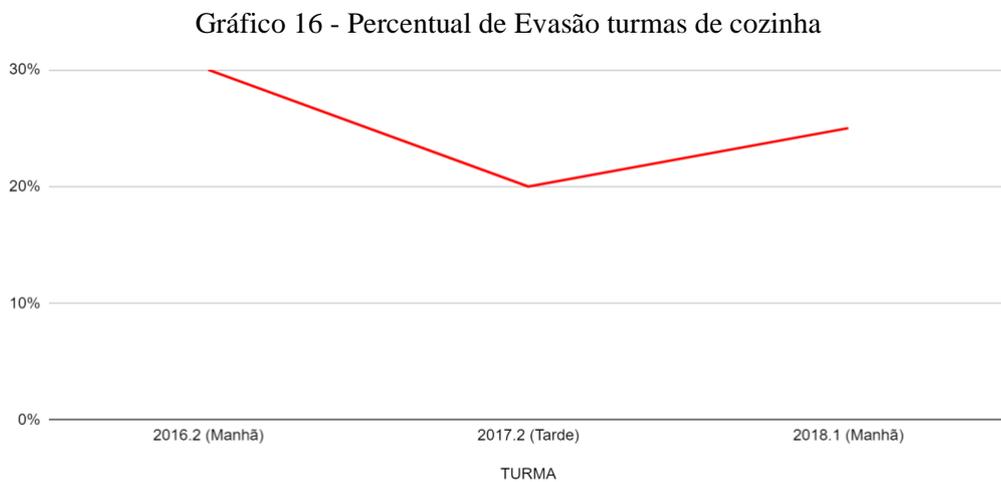
Na primeira turma foram ofertadas 30 vagas via vestibular, ao longo do curso foi observado que a capacidade da turma seria no máximo de 20 alunos por entrada, já que o curso possui em todos os semestres muitas aulas práticas, e a cozinha do campus só comportava de forma satisfatória essa quantidade. A turma de 2016.2 tarde obteve o maior índice de evasão, de 30 alunos matriculados, 9 evadiram. A turma de 2017.2 tarde apresentou o menor índice, de 20 alunos matriculados, 4 abandonaram o curso.

No gráfico abaixo podemos observar o número de matrículas e evasão por turma do curso Técnico em Cozinha.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Com relação ao percentual de evasão, a primeira turma apresentou maior percentual de abandono escolar totalizando 30%, a segunda turma o menor percentual com 20%, como podemos observar no gráfico 16:



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O curso Técnico em Cozinha apresentou no total 25,7% de evasão, que em números totais representam 18 alunos evadidos para 70 alunos matriculados. Ao analisarmos os 4 cursos Técnicos ofertados pelo IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho, identificamos que o curso Técnico em Cozinha vem apresentando o menor índice de evasão.

Inferimos, que por ser eminentemente prático, além de viabilizar o empreendedorismo, o curso pode ser mais atrativo, possibilitando ao alunado maior envolvimento nas atividades. No entanto, ao analisarmos o Projeto Pedagógico do curso, observamos que a quantidade de carga horária prática descrita não é relevante ao compararmos com os Projetos Pedagógicos dos outros cursos Técnicos analisados na pesquisa.

Todavia, ao verificarmos os programas curriculares das disciplinas do curso Técnico em cozinha, identificamos que metodologicamente as atividades são eminentemente teórico-práticas. Além disso, dentre os objetivos específicos do curso descritos no Projeto Pedagógico, há referência na metodologia prática, quando se escreve “*fornecer uma educação formal no que tange às habilidades culinárias básicas de cozinha*” e “*proporcionar a capacidade de execução de técnicas e receitas básicos padronizados*”.

Rumberger e Lim (2008) entendem que o envolvimento educacional é um dos fatores que podem contribuir para o sucesso escolar:

O envolvimento educacional diz respeito à dimensão acadêmica da escolarização e é influenciado pelas recompensas extrínsecas associadas ao trabalho escolar e pelas recompensas intrínsecas associados ao currículo e à maneira como as atividades educacionais são construídas. (RUMBERGER E LIM, p.05, 2008)

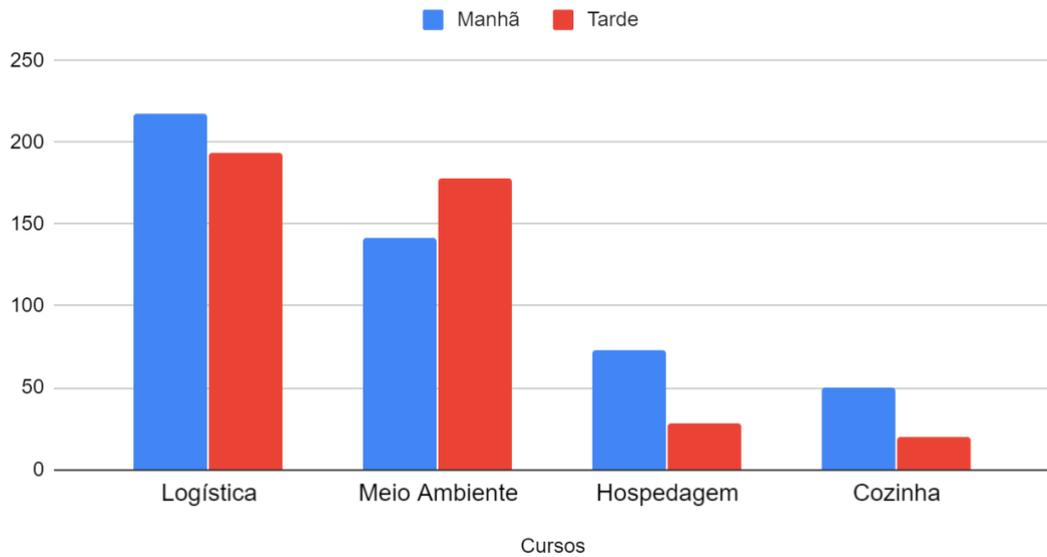
Atividades acadêmicas que desenvolvam a transposição didática com maior frequência nas aulas, ajudam os alunos a sentirem o processo formativo funcional, pois eles compreendem que podem colocar em prática os novos conhecimentos em várias dimensões de sua vida. Por exemplo, no curso Técnico em Cozinha, as novas receitas, formar de servir, dentre outras habilidades, podem ser utilizadas em diversos contextos na vida do alunado.

6.5 ÍNDICES TOTAIS DE EVASÃO E MATRÍCULAS POR CURSO

Para uma melhor compreensão do diagnóstico de evasão por curso, compilamos no gráfico 15 a quantidade de matrículas por curso e turno dos 4 cursos Técnicos analisados. Podemos observar que no turno da tarde foram ofertadas menos vagas do que no turno da manhã. Os cursos Técnicos em Cozinha e Hospedagem ofertaram menor quantidade de vagas no turno da tarde em comparação com os cursos de Logística e Meio Ambiente.

Os cursos de Logística, Hospedagem e Cozinha ofertaram mais vagas no turno da manhã. O curso de Meio Ambiente foi o único que ofertou maior quantidade de vagas no turno da tarde. Como podemos observar no gráfico 17:

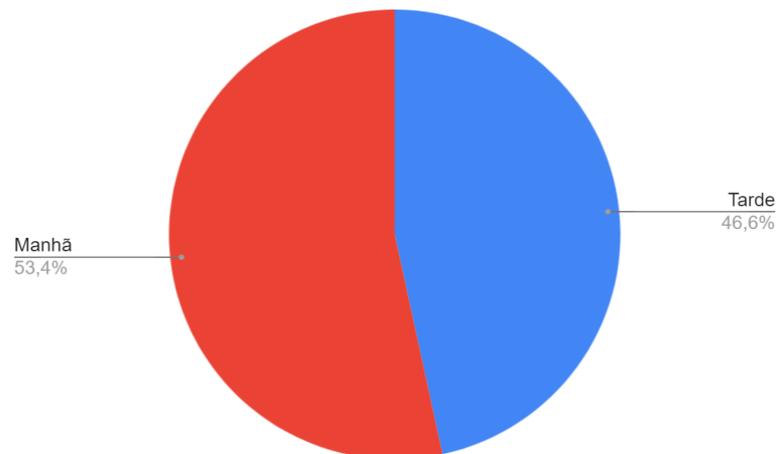
Gráfico 17 - Quantidade de matrículas por turno



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ao verificarmos o percentual de matrículas totais por turnos de oferta, verificamos que o turno da manhã ofertou mais vagas, totalizando 53,4% , em detrimento do turno da tarde com 46,6%. Em números totais foram 482 vagas ofertadas no turno matutino, e 420 vagas ofertadas no turno vespertino.

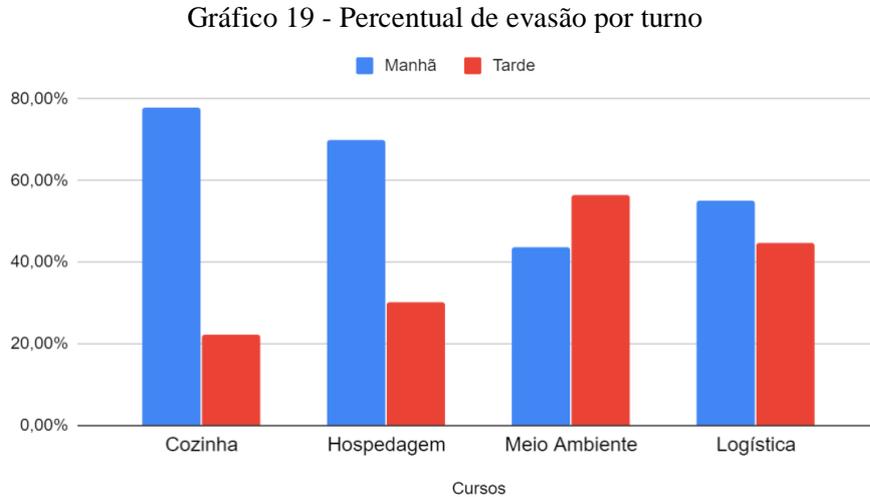
Gráfico 18 - Percentual de matrículas por turno



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

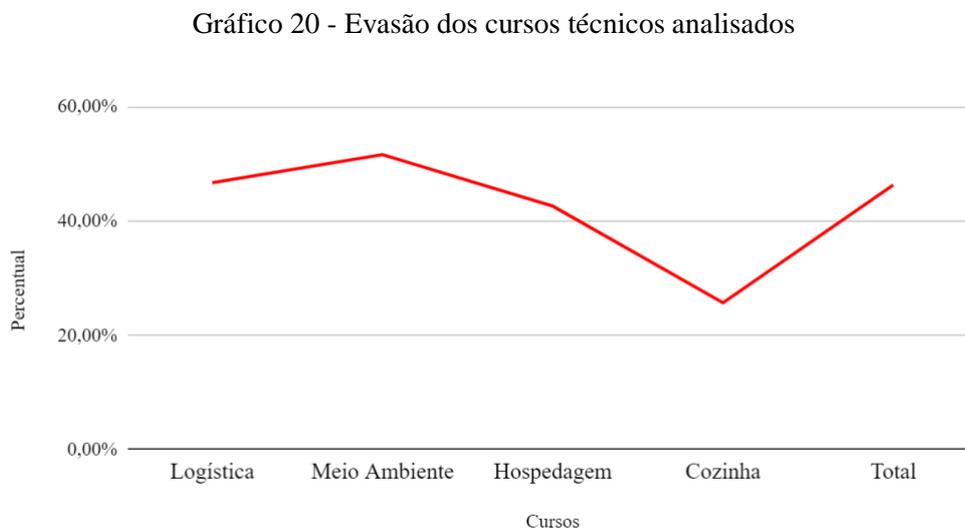
Ao detalhar os índices de evasão por turno , identificamos que o turno da manhã obteve maiores índices de evasão nos cursos Técnicos em Cozinha, Hospedagem e Logística. Em detrimento das turmas oferecidas a tarde. O único curso que obteve maior índice de evasão no

turno da tarde foi o curso Técnico em Meio Ambiente com 56,4%, no entanto foi o curso que ofertou mais vagas no turno da tarde.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Comparando os índices de evasão entre os 4 cursos investigados na pesquisa, concluímos que o curso Técnico em Meio Ambiente apresentou o maior índice, em seguida o curso Técnico em Logística, Hospedagem e por último Cozinha. Compilando todos os dados quantitativos de evasão, identificamos a taxa total de 46,30% de evasão nas 27 turmas dos cursos Técnicos do *campus* Cabo de Santo Agostinho entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2018. Ou seja, dos 902 alunos matriculados, 418 não concluíram o percurso formativo, abandonando. Podemos observar os índices totais de evasão por curso no gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Além disso, podemos concluir que a quantidade de turmas pesquisadas por curso não está diretamente relacionada ao índice de evasão total do curso, pois, no curso Técnico em Meio Ambiente foram analisadas 9 turmas e no de curso Técnico em Logística 12 turmas, no entanto, o curso de Meio Ambiente apresentou maior índice de evasão comparando com o curso de Logística.

O mesmo aconteceu com os cursos Técnicos em Hospedagem e Cozinha, ambos os cursos foram implantados no ano de 2016 e tiveram 3 turmas analisadas na pesquisa, todavia o curso Técnico em Hospedagem obteve índice maior de evasão, com diferença de 17 pontos percentuais comparado ao curso de Cozinha.

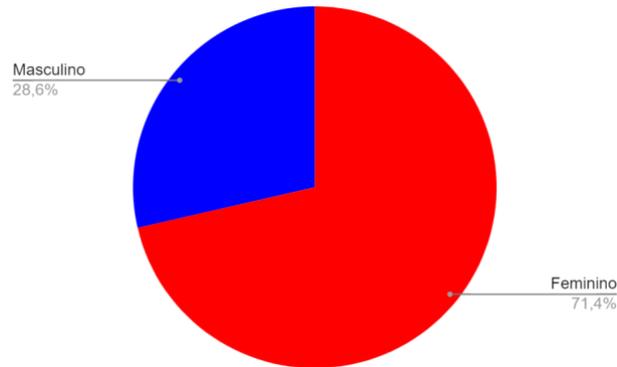
Wehlage, et al. (1989) pontuam que o envolvimento dos alunos está atrelado a três fatores principais: nível de cognição individual, nível de engajamento nas atividades da escola e funcionalidade da formação pretendida. Esse último fator, diz respeito ao quão significativo os trabalhos solicitados na escola tendem a ser para a vida do aluno.

Importante destacar que nessa discussão podemos inferir que o princípio da contextualização no aprendizado tem sua importância. Quanto mais contextualizada a ação pedagógica e atrelada aos conhecimentos prévios e vivência secular dos alunos, mais significativa é a formação. Tais princípios podem ser transpostos quando vivenciamos um currículo prático e contextualizado, como o currículo do curso Técnico em Cozinha.

6.6 ÍNDICES DE MATRÍCULAS E EVASÃO POR GÊNERO

Quanto às matrículas por gênero, identificamos que em todos os cursos a quantidade de matrículas do sexo feminino foi maior. O curso Técnico em Cozinha obteve o maior percentual com 81,4% de mulheres matriculadas. Em seguida temos o curso Técnico em Hospedagem, Meio Ambiente e Logística. No total das 902 matrículas, 644 foram ocupadas por mulheres e 258 por homens, perfazendo os percentuais de 71,4% e 28,6%, respectivamente

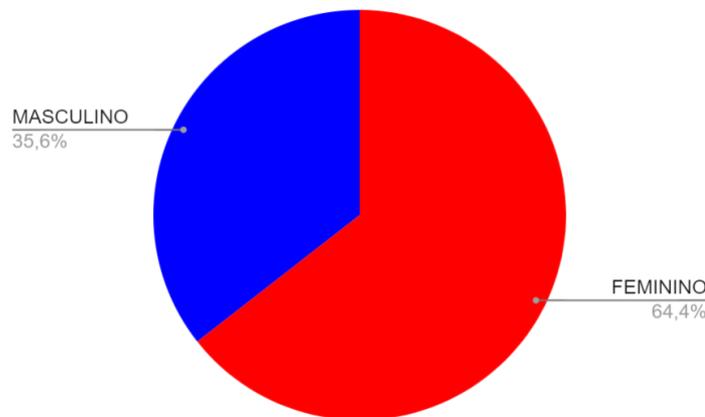
Gráfico 21 - Porcentagem total de Matrículas por gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Com relação ao índice de evasão por gênero, após análise detalhada, identificamos que do total de 418 alunos evadidos nos 4 cursos Técnicos, o sexo feminino obteve maior índice de evasão, que em números representa 269 matrículas (64,4%). O sexo masculino obteve 35,6%, que em números representa 149 alunos, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 22- Evasão total por gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

6.7 ANÁLISE DA EVASÃO DOS PROGRAMAS PIBIC E PIBEX

Apresentamos a seguir o levantamento realizado dos alunos que participaram do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica²⁶ (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Extensão²⁷ (Pibex) do IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho, entre os anos de

²⁶Disponível em <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/iniciacao-cientifica> Acesso em: 25 de maio, 2020.

²⁷ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/extensao> Acesso em: 25 de maio, 2020.

2014 e 2018. Diagnosticamos o perfil do alunos que participaram dos Programas, bem como os índices de evasão.

Utilizamos os relatórios da Divisão de Pesquisa e Extensão do *campus* na primeira etapa do levantamento, em seguida confirmamos os dados no sistema QAcadêmico e adicionamos informações que foram utilizadas na análise descritiva.

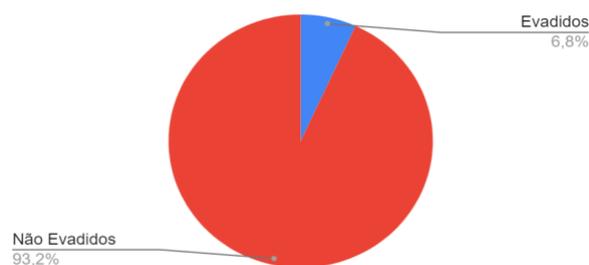
6.7.1 Índice de evasão do programa Pibic

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) foi iniciado no IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho no ano de 2015. No âmbito do IFPE, o PIBIC é coordenado pela Pró Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq), e tem como objetivo desenvolver o pensamento científico e tecnológico através de pesquisas voltadas para os alunos regulares do IFPE. A pesquisa científica é uma ponte entre os currículos e os desejos da sociedade, como sinaliza o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE (PDI) 2014-2018:

Ela busca, entre outros aspectos, as respostas científicas e soluções tecnológicas para atender as necessidades que emergem na articulação entre os currículos desenvolvidos pela instituição educativa e os anseios da comunidade. Daí, compreende-se a Pesquisa como constituinte da educação profissional, tecnológica e científica, a partir da concepção de que ela não é apenas instrumentalizadora de pessoas para o mercado de trabalho, mas um locus privilegiado de produção do conhecimento e seu aporte à sociedade na direção da democratização do saber e das tecnologias dele decorrentes como fator da soberania nacional (PDI,2014, p.35).

Dito isso, anualmente o *campus* Cabo organiza a seleção para o programa por meio de edital. Após levantamento dos alunos que participaram do Programa PIBIC entre os anos de 2015 e 2018, diagnosticamos que dentre os 44 alunos que iniciaram as atividades de pesquisa científica, apenas 3 alunos evadiram da instituição, perfazendo no total de êxito de 93,2 % de conclusão escolar. Como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 23 - Índice de evasão PIBIC



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Dentre os 3 alunos que participaram do Programa Pibic e abandonaram o curso Técnico, todos eram bolsistas e do sexo feminino. Duas alunas eram matriculadas no turno da tarde e uma no turno da manhã. Uma das alunas fazia parte das vagas reservadas para alunos de baixa renda (cotista por renda/escola pública) e as outras faziam parte do grupo de ampla concorrência (não cotistas).

Quanto aos alunos que participaram do Programa e não abandonaram o curso, dentre os 41 alunos, 10 entraram através de cotas destinadas a alunos de escola pública e 31 entraram por ampla concorrência. 32 alunos foram bolsista e 9 foram voluntários. Com relação ao sexo e turno de matrícula, 30 foram do sexo feminino e 11 do sexo masculino, 18 alunos de turmas da manhã e 23 alunos do turno da tarde. No quadro, observamos o perfil dos alunos que participaram do Programa.

Quadro 2- Perfil matriculados e evadidos Pibic

PIBIC (2015-2018)		
Perfil	Matriculados	Evadidos
Feminino	30	3
Masculino	11	0
Bolsista	32	3
Voluntário	9	0
Cotista	10	1
Não Cotista	31	2

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ao levantarmos os dados por curso, observamos que o curso Técnico em Logística ofertou 19 vagas, seguido do curso técnico em Meio Ambiente (17 vagas), Técnico em Cozinha (6 vagas), e Técnico em Hospedagem (2 vagas). No entanto, os cursos Técnicos em Logística e Meio Ambiente participaram dos primeiros editais do Programa porque foram iniciados primeiro. Ao analisarmos a quantidade de alunos evadidos que participaram do Programa, todos foram do curso Técnico em Logística.

Como já visto na análise quantitativa de evasão por curso, o curso Técnico em Meio Ambiente foi o que apresentou o maior índice de evasão figurando 51,6%, ou seja, mais da metade dos alunos matriculados evadiram. Todavia, ao compararmos com os alunos que fizeram pesquisa científica do curso de Meio Ambiente, não ocorreu evasão neste grupo.

O quadro abaixo, apresenta a quantidade de matrículas e evasão por curso dos alunos que participaram do Programa Pibic:

Quadro 3- Quantidade de alunos por curso Pibic

PIBIC 2015-2018		
Cursos	Matriculados	Evadidos
Logística	19	3
Meio Ambiente	17	0
Hospedagem	2	0
Cozinha	6	0

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ao compararmos os índices gerais de evasão dos curso Técnicos, chegamos a conclusão que o grupo de alunos que participou do Programa, obteve êxito comparado ao grupo de alunos que não participaram, já que, não tivemos nenhuma evasão dos alunos de hospedagem, cozinha e Meio Ambiente que fizeram Pibic.

No entendimento de Rumberger (2011), o engajamento escolar em atividades acadêmicas é um dos fatores que contribuem para o sucesso escolar, visto que os alunos se percebem como autores do seu processo.

6.7.2 Índice de evasão do programa Pibex

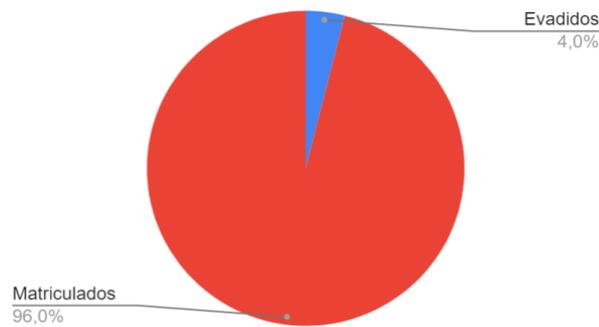
O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) foi implantado no IFPE *campus* Cabo no ano de 2014. A Pró-Reitoria de Extensão é a responsável por coordenar o Programa no âmbito do IFPE. De acordo com o Art.37 da ²⁸Organização Acadêmica do IFPE (2014):

A extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, visando a articulação entre Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando a imbricação/interação necessária à vida acadêmica. (IFPE, 2014)

Nesse sentido, o *campus* Cabo ofertou ,entre os anos de 2014 e 2018, 101 vagas para os projetos de Extensão nos 4 cursos Técnicos. Dos 101 alunos que participaram do Programa, apenas 4 deles abandonaram o curso Técnico, figurando o total de 4% de evasão do grupo que realizou as atividades nos projetos de extensão, como podemos observar no gráfico abaixo:

²⁸ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/o-campus/documentos/organizacao-academica-institucional-do-ifpe.pdf/view> Acesso em 25 de maio,2020.

Gráfico 24 - Índice de evasão Pibex



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Analisando o perfil dos alunos que participaram do Programa e abandonaram o curso Técnico, identificamos que 3 alunos eram bolsistas e 1 voluntário. Os 4 alunos pertenciam a turmas da manhã, 3 deles do sexo masculino e 1 do sexo feminino, 3 ingressaram nas vagas de cotistas por escola pública e um deles nas vagas de ampla concorrência (não cotistas).

Analisando os alunos que não abandonaram os cursos Técnicos e participaram do Programa, observamos que 54 eram bolsistas e 43 voluntários. Dentre os 97 que não evadiram, 69 eram do sexo masculino e 28 do sexo feminino, 53 faziam parte das turmas da manhã e 44 das turmas da tarde.

Com relação aos cotistas, do grupo de alunos que não evadiram 23 ingressaram nas vagas de cotas para escola pública e 74 ingressaram nas vagas de ampla concorrência, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 4 - Perfil matriculados e evadidos Pibex

Pibex (2014-2018)		
Perfil	Matriculados	Evadidos
Feminino	69	1
Masculino	28	3
Bolsista	54	1
Voluntário	43	3
Cotista	23	1
Não Cotista	74	3

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No quadro 5 detalhamos a quantidade de vagas por curso Técnico para projetos de Extensão, identificamos que o curso Técnico em Meio Ambiente ofertou a maior quantidade de vagas, com o total de 40 vagas. Em seguida o curso Técnico em Cozinha com 30 vagas, o curso Técnico em Logística com 29 vagas e o curso Técnico em Hospedagem com 2 vagas.

Pontuamos que o curso de Cozinha e Hospedagem foram iniciados no ano de 2016, no entanto o curso de Cozinha ofertou quantidade superior de vagas para projetos de Extensão do que o curso Técnico em Logística, que iniciou sua primeira turma em 2014. Os 4 alunos evadidos que participaram do Programa foram do curso Técnico em Meio Ambiente, e estavam matriculados em turmas diferentes. O quadro abaixo indica a quantidade de vagas oferecidas em cada curso:

Quadro 5 - Quantidade de alunos por curso Pibex

Pibex 2014-2018		
Cursos	Matriculados	Evadidos
Logística	29	0
Meio Ambiente	36	4
Hospedagem	2	0
Cozinha	30	0

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

É relevante avaliarmos o Pibex sob a ótica quantitativa, já que o Programa, como o PIBIC, apresentou índices baixos de evasão se comparados aos índices de evasão geral dos Cursos Técnicos analisados na pesquisa durante os anos de 2014 e 2018. Tais dados, nos faz inferir que as atividades acadêmicas de aprofundamento em pesquisa e extensão contribuem para a permanência do aluno, já que ele se sente pertencente e ativo no ambiente escolar.

Rumberger e Lim (2008) analisaram a evasão escolar e permanência com base no modelo conceitual de performance escolar. O modelo engloba fatores individuais e institucionais que contribuem para a permanência do aluno. Entre os fatores individuais, os autores pontuam, como um dos mais importantes, o envolvimento acadêmico dos alunos nas atividades da escola.

Seja por meio de projetos ou atividades esportivas, congressos, debates ou participação em grêmios estudantis, o envolvimento do alunado repercute tanto na permanência quanto no desempenho escolar (RUMBERGER; LIM, 2008).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade analisar de forma quantitativa a evasão no IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho e auxiliar de forma eficaz no planejamento de ações para minimizar a evasão nos cursos Técnicos. A revisão da literatura foi indispensável para compreender como o fenômeno da evasão se configurou em diversos estudos. Além disso, o suporte teórico contribuiu para traçarmos ações que podem fortalecer a permanência estudantil.

Através dos dados coletados, foi possível diagnosticar os cursos que apresentaram maior e menor índice de abandono escolar, bem como saber o índice geral de evasão da instituição. Também, a análise dos Programas Pibic e Pibex nos trouxe uma realidade positiva por meio dos índices baixos de evasão dos alunos que participaram dos Programas. Inferimos que os Programas contribuíram para diminuir o índice de evasão, ao compararmos a índice de abandono dos alunos que participaram dos Programas com os índices de abandono dos cursos Técnicos analisados.

Além disso, através do método quantitativo identificamos que as turmas que cursaram o currículo em menor tempo apresentaram índice de evasão abaixo das turmas que cursaram o currículo com maior tempo de duração. Também, analisamos o índice de evasão do curso Técnico em Cozinha, por ter apresentado a menor taxa, sob o prisma da revisão da literatura e análise do Projeto Pedagógico do curso, concluindo que o fator engajamento escolar, e o princípio da contextualização, podem ter contribuído para o baixo índice de abandono através das atividades práticas que o currículo do curso oferta.

No entanto, não identificamos no Projeto Pedagógico do curso Técnico em Cozinha carga horária expressiva de atividades práticas, todavia, no bojo do projeto verificamos que as ementas das disciplinas e os objetivos descritos abordam como recurso metodológico atividades práticas.

Também, concluímos que a quantidade de alunos por curso entre os anos de 2014 e 2018 não repercutiu diretamente no índice de evasão do curso. Outro dado relevante, foi observamos os índices de evasão diminuindo no curso Técnico em Logística à medida que o currículo passou de quatro semestres para três semestres de conclusão.

A pesquisa possibilitou conhecer o quantitativo de alunos por gênero, como também a quantidade de matrículas ofertadas por turno de oferta. Também, identificou o perfil dos alunos que realizaram os Programas Pibic e Pibex como voluntários e bolsistas, cotistas e não cotistas e feminino e masculino.

Tais dados, nos trouxe a compreensão de que o status de bolsista e não bolsista do programa, como também cotista e não cotista, não foram fatores que contribuíram para os alunos abandonarem os cursos, ratificando nossa tese de que o engajamento estudantil fortalece o sucesso escolar.

Várias pesquisas relacionam a evasão com desdobramentos sociais e individuais. Os desdobramentos sociais indicam que quanto menor a escolaridade do indivíduo, maior é o gasto governamental com segurança, saúde e reinserção no processo escolar. Os custos individuais indicam que quanto menor a escolaridade, maior é o índice de violência e criminalidade, menor é a possibilidade de inserção no mercado de trabalho repercutindo numa menor renda e menor cuidados com a saúde (RUMBERGER,2001).

No decorrer da pesquisa foram encontradas algumas limitações, tivemos dificuldade em encontrar dados gerais de evasão atualizados da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, bem como o custo aluno geral da Rede.

Outra limitação foram nas planilhas que serviram como base para a coleta de dados, foram encontradas inconsistências nos relatórios enviados pela gestão, fazendo com que os dados fossem revisados duas vezes. Não trabalhamos com amostra, todas as turmas concluídas participaram da pesquisa e todos os alunos que participaram dos Programas analisados foram considerados.

No entanto, a revisão foi necessária para obtermos confiabilidade dos dados. Também tivemos como limitação informações do perfil do alunado extraído pelo Sistema QAcadêmico utilizado na instituição, pois algumas informações não foram encontradas no Sistema, chamando atenção para a necessidade de melhoria da plataforma.

Contudo, foi possível planejar ações de intervenção e monitoramento para serem inseridas no Plano local de Evasão e retenção do *campus*. O capítulo 8 apresenta o plano de ação como Produto Técnico dessa pesquisa.

8 ALTERNATIVAS DE INTERVENÇÃO PARA REDUÇÃO DA EVASÃO NO IFPE CAMPUS CABO DE SANTO AGOSTINHO

No âmbito das políticas públicas, há de ser atenção para se implementar um plano eficaz que subsidie as instituições para superar o fenômeno da evasão. Diante de todas as conclusões que obtivemos na análise da evasão do IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho, e com base na revisão da literatura sobre a temática, foi possível sugerir algumas ações de intervenção que podem contribuir para minimizar o índice de abandono escolar.

Antes, gostaríamos de ratificar que o fenômeno estudado é de difícil explicação, porque segundo todos os autores e pesquisas levantadas, o abandono escolar é impulsionado por diversos fatores (LUCHER e DORE, 2011).

No entanto, a revisão da literatura e os estudos empíricos realizados contribuem com informações para um melhor entendimento do fenômeno e possíveis ações de intervenção (RUMBERGER,2001). Dito isso, algumas estratégias podem fortalecer o processo escolar contribuindo tanto para o êxito formativo do alunado, quanto para um melhor entendimento do movimento de evasão nas instituições educacionais.

No quadro abaixo, sugerimos algumas ações com base na dinâmica do *lócus* da pesquisa, o IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho.

Quadro 6 - Plano de monitoramento e intervenção

 <p>Ações de Intervenção e Monitoramento nos cursos Técnicos do IFPE <i>campus</i> Cabo de Santo Agostinho</p>	
Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar frequência estudantil com intervalo de 15 em 15 dias, principalmente no início do semestre letivo; ▪ Ligar ou entrar em contato presencial com os alunos que apresentarem índice de frequência menor que 75%; ▪ Conhecer as causas da baixa frequência, e se necessário, encaminhar para o setor que pode ajudar a solucionar o problema; ▪ Acompanhar as (notas) dos alunos, verificando o baixo rendimento; ▪ Identificar as dificuldades de rendimento junto aos docentes e monitores das disciplinas;
Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer os cursos que obtiveram maiores índices de evasão integrando-os à modalidade de Ensino Médio Integrado; ▪ Reorganizar as ações do Programa de Monitoria, fortalecendo os monitores para trabalharem junto aos alunos que possuem baixo rendimento; ▪ Reorganizar o modelo de avaliação da aprendizagem, atribuindo notas às dimensões que envolvem participação individual e coletiva nas diversas atividades acadêmicas; ▪ Levantar junto aos docentes e equipe multiprofissional demandas de formação continuada que contribuam para o sucesso escolar do alunado; ▪ Fazer estudo com os alunos concludentes sobre os fatores que contribuíram para a permanência escolar; ▪ Elaborar plano de monitoramento junto aos coordenadores de curso e equipe multiprofissional com vistas às estratégias de melhoria do sucesso escolar, como: dinâmica de monitoramento de faltas e rendimento, intervenção da equipe multiprofissional, etc.; ▪ Investigar as causas de evasão, entrando em contato com os alunos que desapareceram da instituição; ▪ Elaborar junto aos representantes de turma, estratégias para identificar os alunos que possuem maior risco de abandono escolar; ▪ Organizar junto aos alunos dos Programas Pibic e Pibex acolhimento aos novos alunos, explanando as diversas possibilidades de engajamento estudantil na instituição; ▪ Organizar junto aos egressos que atuam na área dos cursos Técnicos, explanação das possibilidades de atuação na área, bem como organizar feira de profissões; ▪ Ampliar as vagas dos Programas Pibic e Pibex. ▪ Fomentar a dimensão didático-pedagógica por meio de projetos que envolvam a contextualização e a vivência prática dentro de sala e fora dela; ▪ Revisar os Projetos Pedagógicos de curso com o objetivo de analisar como se dá a transposição didática no currículo.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O Plano de Ação foi elaborado como Produto Técnico da pesquisa, tal produto faz parte dos objetivos do Mestrado Profissional. De acordo com a ²⁹Portaria Normativa/MEC nº 17/2009:

Parágrafo único. A oferta de cursos com vistas à formação no Mestrado Profissional terá como ênfase os princípios de aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional e organicidade do conhecimento técnico-científico, visando o treinamento de pessoal pela exposição dos alunos aos processos da utilização aplicada dos conhecimentos e o exercício da inovação, visando a valorização da experiência profissional.

Logo, todas as ações propostas estão dentro da realidade da instituição pesquisada, e requer ações conjuntas e grupos de trabalho que estejam comprometidos em reduzir a evasão escolar. As ações de monitoramento sugeridas no Plano de Ação servirão como mapeamento para as ações de intervenção.

É certo que os fatores relacionados à dimensão escolar, podem ser trabalhados com maior eficácia do que os fatores de ordem individual, no entanto, as medidas de intervenção, em particular as de direcionamento à equipe multiprofissional da instituição, que é composta atualmente por assistente de aluno, pedagogo, psicólogo e assistente social, podem minimizar os fatores que impulsionam o abandono estudantil na perspectiva individual.

²⁹ Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf
Acesso em junho de 2020.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. (Org.). In: **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.
- ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, Anete; MOL, Jaqueline. **Para além do fracasso escolar**. São Paulo: Papirus, 2002, 5ª Edição,
- ARROYO, Miguel. Prefácio. PARO, V. H. In: **Reprovação escolar: renúncia à educação**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2001.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em março de 2020.
- CARMEM, R. O. G. G.; ERNI, J. S. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v.42, n.1 e 2, p. 227-240, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2008v42n1-2p227> Acesso em: 17 mar 2020.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Retratos da Escola, v.5, n.8, p. 27-41, 2012. Disponível: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42> Acesso em março de 2020.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, 2004. Acessado em abril de 2020.
- Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em 25 abr. 2020.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf> Acesso em março de 2020.
- FINI, Roberto; DORE, Rosimery; LUSCHER, Ana Zuleima. **Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado**. In: CUNHA, Dayse Moreira etc. Formação/Profissionalização dos Professores e formação profissional e tecnológica.
- FARIA, Carlos A. P. de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar/> Acesso em: 26 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO - IFPE. **Plano de desenvolvimento institucional 2014–2018**. Recife: IFPE, 2015. Disponível em: <http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-completo-2014-2018.pdf>>. Acesso em: fev. 2020.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 26 abr. 2020.

Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> Acesso em: 26 abr. 2020.

LINDBLOM, Charles E. Mudling through 1: a ciência da decisão incremental. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2009. Cap. 5.1, p. 161-180.

KING, G. (1995). Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, 28(3), 444-452.

KINGDON, John Wells. **Agendas, alternativas e políticas públicas**. 2; ed. Adisson Wesley Educational Publisher, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. **EM e EP na produção flexível: a dualidade invertida**. Retratos da Escola, v.5, n.8, p. 43-55, 2012. retratosdaescola.emnuvens.com.br

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. Primeira Seção - Capítulo 5./ por Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore. RBPG - Políticas, Sociedade e Educação, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dezembro 2011.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica no Instituto Federal do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. 118 f. UFES, 2015.

Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2014**. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf Acesso em: junho de 2020.

Organização Acadêmica do IFPE – 2014. Recife, 2014. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/o-campus/documentos/organizacao-academica-institucional-do-ifpe.pdf/view> Acesso em: 25 de maio, 2020.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Moderna: São Paulo, 2011.

Planejando a última década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação.

MEC/SASE, 2014 http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Data de acesso: março de 2020.

RUMBERGER, R. W. **Dropping out:** why students drop out of high school and what can be done about it. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

RUMBERGER, R. W. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. **American Educational Research Journal**, v. 32, n.3, p.583-625, 1995. <http://doi.org/10.3102/00028312032003583>

RUMBERGER, R. W. **Why Students Drop Out of School and What Can be Done.** University of California: Santa Barbara, 2001.

SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L.; DORE, R. **Educação profissional e evasão escolar:** estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., 2013, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Rimepes, 2013.

STAKE. R. E. **Case studies.** In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. London: Sage, 2000. p. 435-454.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: março de 2020.

STOFFEL, W. P.; ZIZA, C. R. **Evasão Escolar em Cursos Superiores:** Estudo comparativo entre os pedidos de trancamento e o aproveitamento escola. IX Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Comunicação. Rio de Janeiro. Associação Educacional Dom Bosco (AEDB). 2014. Disponível em: <http://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/46321536.pdf> Acesso em 14/03/2020.

Tribunal de Contas da União. **Acórdão Nº 506/2013 – TCU – Plenário.** 2013. Disponível em: <http://www.ifo.edu.br/portal/docs/dae/permanencia/acordao-506-2013.pdf>. Acesso em junho de 2019.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, p. 383-386, set./out.2007. Disponível em: http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_d_e_pesquisa.pdf>Acesso em maio de 2020.

Wehlage, G. G., Rutter, R. A., Smith, G. A., Lesko, N., & Fernandez, R. R. (1989). **Reducing the risk:** Schools as communities of support. New York: Falmer Press.

WINTER. S. C. **Perspectivas de implementação: status e reconsideração.** In PETERS, B. Guy, PIERRE, J. Administração Pública. Coletânea. ENAP. Ed. UNESP. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.